



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL
12ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL – ESPIRITO SANTO

O brasão da Polícia Rodoviária Federal, em tons de amarelo e azul, com o nome 'POLÍCIA' na faixa superior, 'RODOVIÁRIA FEDERAL' na faixa inferior e o ano '1928' no centro. No centro do brasão há um símbolo com uma chama e raios de sol.

PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2012

VITÓRIA
MARÇO / 2013

Missão Institucional: Preservar a vida e promover a paz pública com segurança cidadã.



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL
12ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL – ESPIRITO SANTO**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2012**

Relatório de Gestão do exercício de 2012 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas ordinária anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 063/2010, das Decisões Normativas TCU nºs 119/2012 e 121 e 124/2013, da Portaria TCU nº 150/2012 e das orientações do órgão de controle interno (Portaria CGU-PR nº 2546/2010 e 133/2013).

VITÓRIA
MARÇO / 2013



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODoviÁRIA FEDERAL
12ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL – ESPIRITO SANTO

SUMÁRIO

<u>1. IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS</u>	11
1.1 Identificação de Relatório de Gestão Individual.....	11
1.2 Finalidade e Competências Institucionais	12
1.3 Organograma Funcional.....	15
1.4 Macroprocessos Finalísticos.....	16
1.5 Macroprocessos de Apoio.....	23
1.6 Principais Parceiros.....	23
<u>2. INTRODUÇÃO</u>	24
<u>3. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO, PLANO DE METAS E DE AÇÕES</u>	26
3.1 Planejamento das Ações da Unidade Jurisdicionada.....	26
3.2 Estratégias de Atuação Frente aos Objetivos Estratégicos	29
3.3 Execução do Plano de Metas ou de Ações.....	32
3.4 Indicadores.....	33
<u>4. ESTRUTURA DE GOVERNANÇA E DE AUTOCONTROLE DA GESTÃO</u>	35
4.1 Avaliação do Funcionamento dos Controles Internos.....	35
4.2 Sistema de Correição.....	38
4.3 Cumprimento Pela Instância de Correição da Portaria nº 1.043/2007 da CGU.....	41
<u>5. PROGRAMAÇÃO E EXECUÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA</u>	41
5.1 Informações Sobre Programas do PPA de Responsabilidade da UJ.....	41
5.1.1 Informações Sobre Objetivos Vinculados a Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ.....	42
5.1.2 Informações Sobre Iniciativas Vinculadas a Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ.....	47
5.1.3 Informações Sobre Ações de Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ.....	51
5.1.4 Informações Sobre Ações Vinculadas a Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado de Responsabilidade da UJ.....	72
5.2 Informações Sobre a Execução Orçamentária e Financeira da Despesa.....	77
5.2.1 Identificação das Unidades Orçamentárias da UJ.....	77
5.2.2 Programação de Despesas.....	77
5.2.2.1 Programação de Despesas Correntes.....	77
5.2.2.2 Programação de Despesas de Capital.....	77
5.2.2.3 Resumo da Programação de Despesas e da Reserva de Contingência.....	77
5.2.2.4 Análise Crítica.....	77
5.2.3 Movimentação de Créditos Interna e Externa.....	77
5.2.4 Execução Orçamentária da Despesa.....	77
5.2.4.1 Execução da Despesa Com Créditos Originários.....	77
5.2.4.1.2 Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários.....	77
5.2.4.2 Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação.....	77
5.2.4.2.1 Despesas Totais por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação.....	77



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL
12ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL – ESPIRITO SANTO

5.2.4.2.2 Despesas Totais Por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação.....	78
5.2.4.2.3 Análise crítica.....	80
<u>6. TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA.....</u>	<u>80</u>
6.1 Reconhecimento de Passivos.....	80
6.1.1 Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos.....	80
6.2 Pagamentos e Cancelamentos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores.....	80
6.2.1 Pagamentos e Cancelamentos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores.....	80
6.3 Suprimento de Fundos.....	81
6.4 Renúncias Tributárias sob a Gestão da UJ.....	82
<u>7. GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS.....</u>	<u>82</u>
7.1 Composição do Quadro de Servidores Ativos.....	82
7.1.1 Demonstração da Força de Trabalho à Disposição da Unidade Jurisdicionada.....	82
7.1.2 Qualificação da Força de Trabalho;.....	85
7.1.2.1 Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Idade.....	85
7.1.2.2 Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Escolaridade.....	85
7.2 Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas.....	85
7.3 Composição do Quadro de Estagiários.....	85
7.4 Demonstração dos Custos de Pessoal da Unidade Jurisdicionada.....	87
7.5 Informações sobre a Contratação de Serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância Ostensiva pela Unidade Jurisdicionada.....	88
7.6 Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos.....	90
<u>8. GESTÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO.....</u>	<u>93</u>
8.1 Gestão da Frota de Veículos Próprios e Contratados de Terceiros.....	93
8.1.1 - Frota de Veículos Automotores de Propriedade da Unidade Jurisdicionada.....	93
8.2 Gestão do Patrimônio Imobiliário.....	96
8.2.1 Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial.....	96
8.2.2 Distribuição Espacial dos Bens Imóveis Locados de Terceiros.....	96
8.2.3 Discriminação dos Bens Imóveis Sob a Responsabilidade da UJ.....	97
8.3 Análise Crítica.....	99
<u>9. GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E GESTÃO DO CONHECIMENTO.....</u>	<u>100</u>
9.1 Gestão da Tecnologia da Informação (TI).....	100
<u>10. GESTÃO DO USO DOS RECURSOS RENOVÁVEIS E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL.....</u>	<u>101</u>
10.1 Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis.....	101
10.2 Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água.....	101
<u>11. CONFORMIDADE E TRATAMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS E NORMATIVAS.....</u>	<u>105</u>
11.1 Deliberações do TCU e do OCI Atendidas no Exercício.....	105
11.1.1 Deliberações do TCU Atendidas no Exercício.....	105
11.1.2 Deliberações do TCU Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício.....	105



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL

12ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL – ESPIRITO SANTO

11.1.3 Recomendações do OCI Atendidas no Exercício.....	105
11.1.4 Recomendações do OCI Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício.....	105
11.2 Declaração de Bens e Rendas Estabelecida na Lei nº 8.730/93.....	106
11.2.1 Situação do Cumprimento das Obrigações Impostas pela Lei 8.730/93.....	106
11.3 Declaração de Atualização de Dados no SIASG e SICONV.....	107
<u>12. INFORMAÇÕES CONTÁBEIS.....</u>	<u>108</u>
12.1 Declaração do Contador Atestando a Conformidade das Demonstrações Contábeis.....	108



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODoviÁRIA FEDERAL
12ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL – ESPIRITO SANTO

LISTA DE TABELAS, GRÁFICOS, DECLARAÇÕES E INFORMAÇÕES ANEXAS

QUADRO I - IDENTIFICAÇÃO DA UJ – RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL.....	11
QUADRO II - ORGANOGRAMA.....	15
QUADRO III - AVALIAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS DA UJ.....	35
QUADRO IV - OBJETIVOS DE PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	41
QUADRO V - INICIATIVAS DE PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	47
QUADRO VI - AÇÕES VINCULADAS A PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA UJ.....	51
QUADRO VII - AÇÕES VINCULADAS A PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS DE RESPONSABILIDADE DA UJ.....	72
QUADRO VIII - IDENTIFICAÇÃO DAS UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS DA UJ.....	77
QUADRO IX - DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO – CRÉDITOS DE MOVIMENTAÇÃO.....	78
QUADRO X - DESPESAS POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA – CRÉDITOS DE MOVIMENTAÇÃO.....	79
QUADRO XI - DESPESAS POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA – CRÉDITOS DE MOVIMENTAÇÃO.....	80
QUADRO XII - SITUAÇÃO DOS RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES.....	82
QUADRO XIII - FORÇA DE TRABALHO DA UJ – SITUAÇÃO APURADA EM 31/12.....	83
QUADRO XIV - QUANTIDADE DE SERVIDORES DA UJ POR FAIXA ETÁRIA – SITUAÇÃO APURADA EM 31/12.....	84
QUADRO XV - QUANTIDADE DE SERVIDORES DA UJ POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12.....	85
QUADRO XVI - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES INATIVOS - SITUAÇÃO APURADA EM 31 DE DEZEMBRO.....	86
QUADRO XVII - INSTITUIDORES DE PENSÃO - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12.....	86
QUADRO XVIII - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE ESTAGIÁRIOS.....	86
QUADRO XIX – QUADRO DE CUSTOS DE PESSOAL NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA E ANTERIORES.....	87
QUADRO XX – CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA, HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA.....	88
QUADRO XXI - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA.....	90
QUADRO XXII - DISTRIBUIÇÃO DO PESSOAL CONTRATADO MEDIANTE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA.....	91



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODoviÁRIA FEDERAL

12ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL – ESPIRITO SANTO

QUADRO XXIII - DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL DE PROPRIEDADE DA UNIÃO	97
QUADRO XXIV - DISCRIMINAÇÃO DOS BENS IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO SOB RESPONSABILIDADE DA UJ.....	97
QUADRO XXV - GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA.....	100
QUADRO XXVI - GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS.....	101



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL
12ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL – ESPIRITO SANTO

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

DPRF	Departamento de Polícia Rodoviária Federal
12ª SRPRF/ES	12ª Superintendência Regional de Polícia Rodoviária Federal no Estado do Espírito Santo
ADI	Avaliação de Desempenho Individual
ANTT	Agência Nacional de Transportes Terrestres
APH	Atendimento Pré-Hospitalar
CGO	Coordenação-Geral de Operações
CGPLAM	Coordenação-Geral de Planejamento e Modernização
CGRH	Coordenação-Geral de Recursos Humanos
CGU	Controladoria-Geral da União
CIEE	Centro de Integração Empresa Escola
CNAE	Classificação Nacional de Atividades Econômicas
CNH	Carteira Nacional de Habilitação
COEN	Coordenação de Ensino
CRET	Comissão Regional de Educação para o Trânsito
CRLV	Certificado de Registro e Licenciamento Veicular
CSR	Comando de Saúde Rodoviário
CTB	Código de Trânsito Brasileiro
DENATRAN	Departamento Nacional de Trânsito
DETRAN	Departamento Estadual de Trânsito
DG	Direção-Geral
DISAS	Divisão de Saúde e Assistência Social
DITRAN	Divisão de Trânsito
DN	Decisão Normativa
DNIT	Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes
ENAP	Escola Nacional de Administração Pública
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL
12ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL – ESPIRITO SANTO

IN	Instrução Normativa
INFOSEG	Rede de Integração Nacional de Informações de Segurança Pública
IS	Instrução de Serviço
ISDN	Integrated Services Digital Network (Rede Digital de Serviços Integrados)
LOA	Lei Orçamentária Anual
MJ	Ministério da Justiça
MPO	Manual de Procedimentos Operacionais
MPOG	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
NUAD	Núcleo de Execução Administrativa
OS	Ordem de Serviço
PF	Pessoas Fiscalizadas
PI	Plano Interno
PNSP	Programa Nacional de Segurança Pública
PPA	Plano Plurianual
PR	Procuradoria da República
PRF	Polícia Rodoviária Federal
RFB	Receita Federal do Brasil
RG	Relatório de Gestão
RP	Restos a Pagar
SENAT	Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte
SEST	Serviço Social do Transporte
SIAFI	Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
SIAPE	Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos
SIASG	Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais do Governo Federal
SICONV	Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Governo Federal
SIGER	Sistema de Informações Gerenciais
SIORG	Sistema de Informações Organizacionais do Governo Federal
SPIUNET	Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União
SRP	Sistema de Registro de Preços



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL
12ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL – ESPIRITO SANTO

TA	Testes de Alcoolemia
TCU	Tribunal de Contas da União
UCC	Unidade Centralizadora de Compras
UJ	Unidade Jurisdicionada
UO	Unidade Orçamentária
UOP	Unidade Operacional
VF	Veículos Fiscalizados



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL
12ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL – ESPIRITO SANTO

1. IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS

1.1. Identificação de Relatório de Gestão Individual

Quadro I - Identificação Da UJ – Relatório De Gestão Individual

Poder e Órgão de Vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério da Justiça			Código SIORG: 000704
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa: 12ª Superintendência Regional de Polícia Rodoviária Federal			
Denominação abreviada: 12ª SRPRF/ES			
Código SIORG: Não se Aplica	Código LOA: Não se Aplica	Código SIAFI: 200126	
Situação: Ativa			
Natureza Jurídica: Órgão da Administração Direta do Poder Executivo			
Principal Atividade: Segurança e Ordem Pública			Código CNAE: 8424-8
Telefones/Fax de contato:	(27)3212-6900	(27)3212-6912	(27)3212-6936
E-mail: sup.es@dprf.gov.br ; saf.es@dprf.gov.br			
Página na Internet: http://www.dprf.gov.br			
Endereço Postal: Avenida Marechal Mascarenhas de Moraes, nº 2.214, Bento Ferreira, Vitória, Espírito Santo, CEP 29050-626.			
Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
Competência definida pela Constituição Federal (art. 144), pela Lei nº 9.503/1997 (Código de Trânsito Brasileiro), pelo Decreto nº 1.655, de 03 de outubro de 1995, e pelo Regimento Interno, constante do Anexo da Portaria nº 1.375, de 02 de agosto de 2007, do Senhor Ministro de Estado da Justiça, publicada no Diário Oficial da União de 06 de agosto de 2007.			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODoviÁRIA FEDERAL
12ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL – ESPIRITO SANTO

Regimento interno instituído pela Portaria nº 1.375 de 02 de agosto de 2007, publicado no Diário Oficial de União nº 150 de 06 de agosto de 2007.	
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada	
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada	
Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada	
Código SIAFI	Nome
200126	12ª Superintendência Regional de Polícia Rodoviária Federal – Espírito Santo
Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada	
Código SIAFI	Nome
200126	12ª Superintendência Regional de Polícia Rodoviária Federal – Espírito Santo
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões	
Código SIAFI da Unidade Gestora	Código SIAFI da Gestão
Não Existe	99999

1.2 Finalidade e Competências Institucionais

A missão Constitucional da Polícia Rodoviária Federal, Órgão permanente, organizado e mantido pela União e estruturado em carreira, referenciada no § 2º do artigo 144 da Carta Magna de 1988, estabelece como fator primordial o patrulhamento ostensivo das rodovias federais, que se estende em 76.640 km de vias nacionais sob sua circunscrição.

As atividades operacionais da Polícia Rodoviária Federal são difundidas em todo o território nacional, dada a sua estruturação que contempla uma Unidade Administrativa Central, sediada na capital da República Federativa do Brasil, e 26 (vinte e seis) Unidades Administrativas Desconcentradas, representadas por 21 (vinte e uma) Superintendências e 05 (cinco) Distritos.

As aludidas Regionais PRF são compostas por 147 (cento e quarenta e sete) Subunidades Administrativas – Delegacias PRF, distribuídas em todas as Unidades Federativas, que conjuntamente possuem aproximadamente 416 (quatrocentos e dezesseis) postos fixos de fiscalização, o que demonstra a existência de uma estrutura que abrange todo o território nacional.

A 12ª SRPRF/ES é unidade integrante da estrutura regimental do Departamento de Polícia Rodoviária Federal e tem a sua competência definida pelo art. 144 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, pela Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, pelo



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL
12ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL – ESPIRITO SANTO

Regimento Interno, constante do Anexo da Portaria nº 1.375, de 02 de agosto de 2007, do Senhor Ministro de Estado de Justiça, publicada no Diário Oficial da União em 06 de agosto de 2007, bem como pelo Decreto nº 1.655, de 03 de outubro de 1995, que estipula as seguintes atribuições:

- Realizar o patrulhamento ostensivo, executando operações relacionadas com a segurança pública, com o objetivo de preservar a ordem, a incolumidade das pessoas, o patrimônio da União e o de terceiros;
- Exercer os poderes de autoridade de polícia de trânsito, cumprindo e fazendo cumprir a legislação e demais normas pertinentes, inspecionar e fiscalizar o trânsito, assim como efetuar convênios específicos com outras organizações similares;
- Aplicar e arrecadar as multas impostas por infrações de trânsito e os valores decorrentes da prestação de serviços de estadia e remoção de veículos, objetos, animais e escolta de veículos de cargas excepcionais;
- Executar serviços de prevenção, atendimento de acidentes e salvamento de vítimas nas rodovias federais;
- Realizar perícias, levantamentos de locais boletins de ocorrências, investigações, testes de dosagem alcoólica e outros procedimentos estabelecidos em leis e regulamentos, imprescindíveis à elucidação dos acidentes de trânsito;
- Credenciar os serviços de escolta, fiscalizar e adotar medidas de segurança relativas aos serviços de remoção de veículos, escolta e transporte de cargas indivisíveis;
- Assegurar a livre circulação nas rodovias federais, podendo solicitar ao órgão rodoviário a adoção de medidas emergenciais, bem como zelar pelo cumprimento das normas legais relativas ao direito de vizinhança, promovendo a interdição de construções, obras e instalações não autorizadas;
- Executar medidas de segurança, planejamento e escoltas nos deslocamentos do Presidente da República, Ministros de Estado, Chefes de Estados e diplomatas estrangeiros e outras autoridades, quando necessário, e sob a coordenação do órgão competente;
- Efetuar a fiscalização e o controle do tráfico de menores nas rodovias federais, adotando as providências cabíveis contidas na [Lei nº 8.069 de 13 junho de 1990](#). (Estatuto da Criança e do Adolescente);
- Colaborar e atuar na prevenção e repressão aos crimes contra a vida, os costumes, o patrimônio, a ecologia, o meio ambiente, os furtos e roubos de veículos e bens, o tráfico de entorpecentes e drogas afins, o contrabando, o descaminho e os demais crimes previstos em leis.

O desenvolvimento das atribuições constitucionais da Polícia Rodoviária Federal passa por duas principais vertentes, quais sejam: o Sistema de Segurança Pública e o Sistema de Segurança Viária, que estabelecem um conjunto de atividades que vão ao encontro do seu



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL
12ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL – ESPIRITO SANTO

compromisso regimental com a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio.

A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida constitucionalmente através dos seguintes órgãos: I - polícia federal; II - polícia rodoviária federal; III - polícia ferroviária federal; IV - polícias civis; V - polícias militares e corpos de bombeiros militares.

As características que diferenciam a PRF das demais instituições de segurança, decorre do modal rodoviário, elo de integração nacional realmente consolidado, que pela capilaridade das rodovias federais, presentes em todo território brasileiro, faz como que o Policial Rodoviário, por vezes, seja a única identificação do Governo Federal com a sociedade.

O patrulhamento ostensivo das rodovias federais, função que a Carta Magna atribui à Polícia Rodoviária Federal, concretiza-se por meio da presença física do agente público e da ação policial direta, visando à preservação da incolumidade pública e à manutenção da paz social, tanto nas vias sob sua responsabilidade quanto nas áreas adjacentes.

Esta Instituição tem-se mostrado firme no combate aos mais diversos tipos de crimes que ocorrem no âmbito das rodovias federais e suas imediações. São notórios os resultados obtidos no combate à pirataria, ao contrabando e ao descaminho e, principalmente, ao tráfico de drogas, armas, pessoas e animais silvestres. Cumpre salientar que este órgão policial atua ainda na recuperação de carros, roubados ou furtados, bem como na luta contra a exploração sexual de crianças e adolescentes.

No tocante ao Sistema de Segurança Viária, a ação da PRF insere-se em um conjunto de atribuições, dentre as quais se destacam: prevenção a acidentes, educação para o trânsito, prestação de socorro a vítimas e política de proximidade ao cidadão.

A ação da Polícia Rodoviária Federal, realizando o policiamento e a fiscalização de trânsito na malha viária de domínio da União, tem, nos últimos anos, contribuído decisivamente para a redução do número de acidentes, principalmente se levarmos em consideração o crescente aumento da frota nacional.

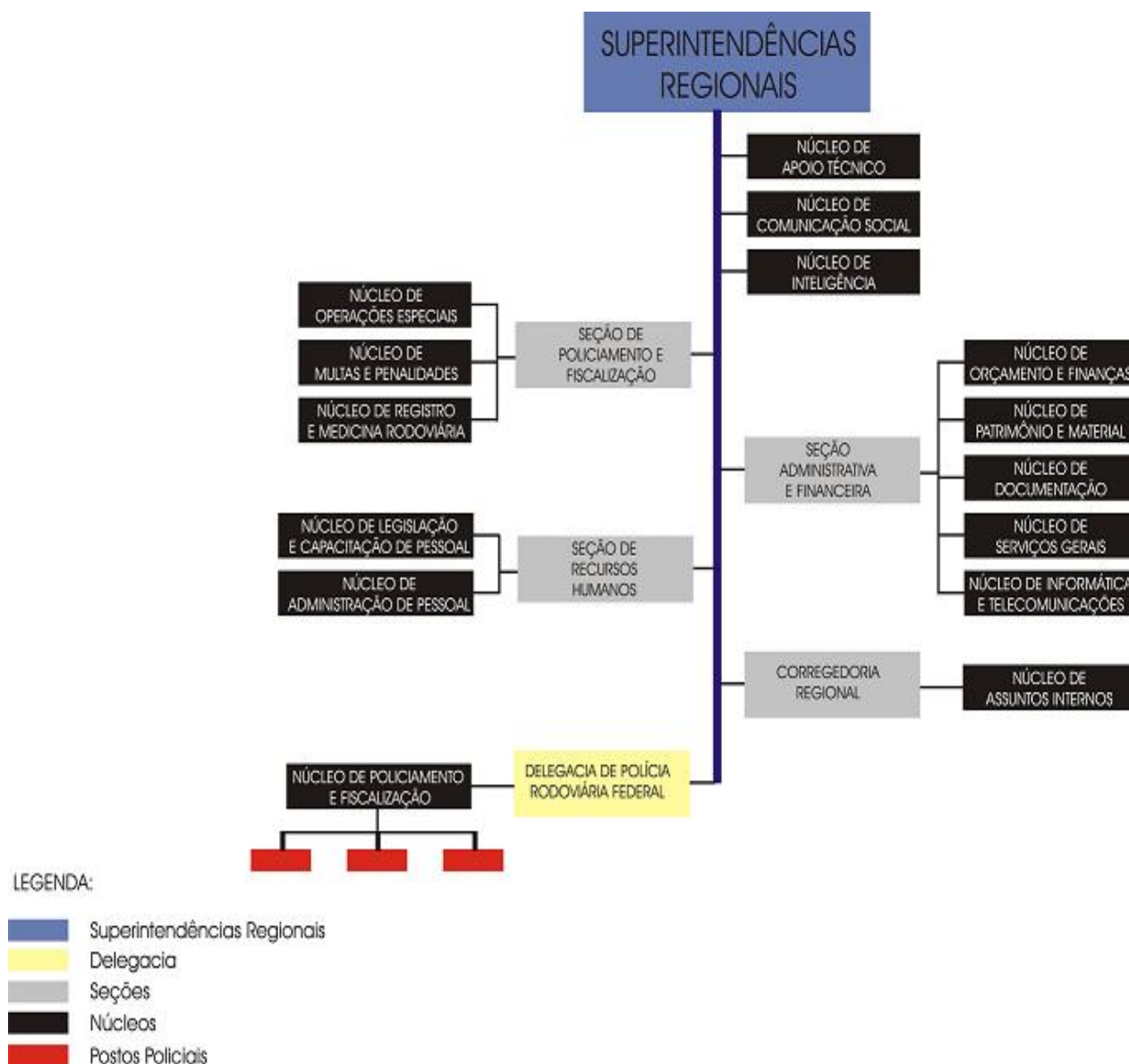
Os acidentes de trânsito acarretam prejuízos significativos de cunho econômico e social, o que é confirmado pelo alto índice dos gastos suportados pelos Governos Federal, Estadual, Municipal e Distrital para cobrir despesas com as vítimas, pela interferência direta na vida das famílias, pelos danos irreparáveis causados às pessoas, entre outros.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL
12ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL – ESPIRITO SANTO

1.3 Organograma Funcional

Quadro II - Organograma





MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL
12ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL – ESPIRITO SANTO

1.4 Macroprocessos Finalísticos

A Polícia Rodoviária Federal, integrante do conjunto de instituições responsáveis por exercer a segurança pública em nosso país, nos termos da Constituição Federal, tem como missão "Garantir segurança com cidadania nas rodovias federais e nas áreas de interesse da União".

A visão de futuro da Polícia Rodoviária Federal é: "Ser a Polícia Ostensiva Federal, reconhecida pela sociedade brasileira por sua excelência e efetividade no trabalho policial e na indução de Políticas Públicas de segurança e cidadania".

Os Valores adotados pela Polícia Rodoviária Federal e que refletem o caráter duradouro da Instituição e de seus colaboradores são: Profissionalismo, Ética, Equidade, Proatividade, Cordialidade, Comprometimento, Espírito de Equipe, Transparência e Responsabilidade Socioambiental.

A Polícia Rodoviária Federal – PRF, visando à eficácia no cumprimento de sua missão institucional e servir com excelência a sociedade e o Estado brasileiro, na promoção da segurança pública nas rodovias e estradas federais busca diuturnamente aprimorar técnicas, processos e, principalmente, a parceria com o cidadão usuário da rodovia.

Para o alcance de sua missão são descritos os serviços de sua competência e as atividades finalísticas que devem ser executadas para prestação desses serviços, proporcionando clareza e justificativas nas ações a serem desenvolvidas pelos seus servidores.

Neste sentido, a Polícia Rodoviária Federal, tendo como diretriz a gestão com foco em resultados, direciona suas ações finalísticas para prestação de serviços, com excelência, ao cidadão, atendendo as demandas da sociedade.

Esses serviços promovem diuturnamente a segurança viária, proporcionando conforto e segurança aos usuários das estradas e rodovias federais, por meio da fiscalização e controle para o uso adequado da malha rodoviária de forma a conscientizar os cidadãos e garantir a obediência às normas relativas à segurança do trânsito, prevenindo acidentes e proporcionando melhores condições de trafegabilidade.

Os principais produtos e serviços que a Polícia Rodoviária Federal oferece à sociedade são:

- 1. Reduzir a Violência no Trânsito das Rodovias Federais;**
- 2. Assegurar a Livre Circulação nas Rodovias Federais;**
- 3. Contribuir para a Redução da Criminalidade e da Violência no País;**
- 4. Aumentar a Percepção de Segurança dos Usuários das Rodovias Federais.**

1. Reduzir a Violência no Trânsito das Rodovias Federais



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL
12ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL – ESPIRITO SANTO
a. Descrição

A violência do trânsito no Brasil vem crescendo ano após ano, representando a forma de violência contemporânea que mais produz impactos negativos à sociedade e ao Estado, com elevados custos econômicos e sociais, se materializando principalmente nos acidentes graves, assim considerados aqueles que resultam em lesões de natureza grave ou em morte.

Reduzir a violência no trânsito nas rodovias federais significa para a Polícia Rodoviária Federal agir preventivamente por meio de sua presença ostensiva e de uma rigorosa fiscalização de trânsito, bem como realizar um atendimento eficaz daqueles já ocorridos, visando minimizar seus efeitos por meio de uma resposta rápida e eficiente, diminuindo o risco de agravamento de lesões das vítimas e as possibilidades de ocorrência de outro acidente em decorrência do anterior.

Agir com foco na prevenção e intervenção imediata nos acidentes graves implica em direcionar os recursos necessários, humanos e materiais, para os trechos rodoviários de maior incidência desses eventos, a partir da análise aprimorada dos dados estatísticos disponíveis.

Além das ações operacionais acima mencionadas, há também a necessidade de ações integradas aos demais órgãos do Sistema Nacional de Trânsito, Ministério Público, órgãos de imprensa e outros órgãos públicos federais, estaduais e municipais, com o objetivo de propor e desenvolver políticas públicas com foco na prevenção dos acidentes de trânsito, por meio de campanhas educativas e alterações na legislação relativa à matéria trânsito.

b. Indicadores

Considerando a necessidade de se ter um panorama atual da violência no trânsito das rodovias federais e acompanhar sua evolução dentro do período do presente Plano Estratégico, de modo a avaliar a efetividade das ações institucionais, foram definidos os seguintes indicadores para este resultado institucional, quais sejam: Taxa de Mortalidade e Taxa de Acidentes Graves.

A Taxa de Mortalidade e a Taxa de Acidentes Graves equivalerão ao número de mortes e o número de acidentes graves, respectivamente, por um milhão de veículos, considerando-se a frota nacional de veículos de acordo com as informações fornecidas pelo DENATRAN.

Considerando que os números de acidentes graves e de mortos no trânsito sofrem influência de vários fatores, não seria razoável avaliar o resultado de ações institucionais com base na variação de números absolutos desses dois índices. No entanto, estabelecer como indicador uma taxa que contemplasse todas as variáveis influentes na variação do objeto de observação tornaria sua análise extremamente complexa, além da própria dificuldade de obtenção dos dados necessários.

Desse modo, optou-se por considerar apenas a variação da frota nacional de veículos como fator de variação da taxa de acidentes graves e mortalidade, por tratar-se de um valor de fácil obtenção, originado de uma fonte confiável e que tem maior relevância e influência nos índices



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL
12ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL – ESPIRITO SANTO

observados, ou seja, quanto maior a frota de veículos circulando maior o número de interações no trânsito e consequentemente a probabilidade de ocorrência de acidentes. Cabe destacar que os indicadores escolhidos tem como características a simplicidade, são sensíveis a mudanças no mundo real, ou seja, podem refletir as alterações da realidade, e podem ser atualizados periodicamente, além de ser adequadamente documentado.

2. Assegurar a Livre Circulação nas Rodovias Federais

a. Descrição

A Constituição Federal assegura a todo cidadão a livre locomoção no território nacional em tempo de paz, e essa garantia constitucional deve ser exercida em toda a sua plenitude nos termos da legislação vigente. O Estado, por intermédio de seus órgãos tem o dever assegurar os meios necessários para que o cidadão possa deslocar-se em todo o território nacional com segurança e com o conforto adequados. Cabe ao Estado à tarefa de prover a infraestrutura necessária para o funcionamento dos diversos modais de transportes de pessoas e bens, bem como regular e fiscalizar sua exploração.

De todos os modais de transporte, o modal rodoviário é o de maior importância estratégica para o país, e estima-se que atualmente responda por cerca de 60% do total de passageiros e cargas transportadas no território nacional. Nesse sistema rodoviário, as rodovias federais representam papel de fundamental importância, por onde passam um grande fluxo de pessoas e bens entre os estados da federação e entre as cinco regiões do país, funcionando como verdadeiro fator de integração nacional.

Ante o papel estratégico das rodovias federais para o desenvolvimento nacional, cabe ao Estado assegurar que o fluxo de passageiros e cargas se dê de forma contínua e segura, sem interrupções ou embaraços, por meio da atuação de seus órgãos, dentre os quais a Polícia Rodoviária Federal. São vários os fatores e situações que podem afetar a livre circulação no âmbito das rodovias federais, interrompendo o fluxo de trânsito ou causando-lhe lentidão, dentre os quais se podem citar:

- Realização de obras viárias;
- Acidentes de trânsito com obstrução parcial ou total da rodovia;
- Realização de eventos com grande fluxo de pessoas e veículos as margens da rodovia federal ou com impacto no trânsito que por ela circula;
- Trânsito de veículos lentos e com dimensões excedentes;
- Manifestações populares reivindicatórias com interdição viária total ou parcial;
- Restrições ao fluxo de trânsito em determinados locais e horários em razão dos riscos



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL
12ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL – ESPIRITO SANTO
de ações criminosas.

Assim, assegurar a livre circulação nas rodovias federais implica para a Polícia Rodoviária Federal atuar preventivamente por meio do policiamento ostensivo, apoiado por um monitoramento constante e eficaz de sua malha viária policiada, de modo anteaver as situações de risco à livre circulação e impedir sua materialização. Por outro lado, concretizado o fator de risco e configurado o obstáculo à fluidez normal do trânsito, cabe à Polícia Rodoviária Federal agir de forma rápida e com a intensidade necessária ao reestabelecimento das condições normais de circulação.

Em sua ação preventiva a instituição mantém um monitoramento constante das condições de circulação viária, a partir de informações colhidas da atividade operacional-finalística e da área de inteligência, além das ações de policiamento preventivo, distribuído de forma equânime ao longo da malha viária, a partir de critérios pré-estabelecidos e com programação de atividades definida. Além disso, a Polícia Rodoviária Federal se articula com outros órgãos públicos quando identificados problemas cujas soluções estejam vinculadas as suas atribuições, como, por exemplo, os órgãos executivos rodoviários nas questões relacionadas à infraestrutura viária.

Ocorrida a situação de comprometimento da livre circulação, a depender da causa, a Polícia Rodoviária Federal deverá dispor dos recursos necessários para fazer a intervenção devida e restabelecer o estado de normalidade, sejam eles recursos ordinários, disponíveis para o policiamento ostensivo rotineiro, sejam eles extraordinários, como as equipes táticas, grupos de choque, aeronaves, entre outros disponíveis.

b. Indicadores

A Polícia Rodoviária Federal realiza um monitoramento constante das condições de trafegabilidade das rodovias federais, de modo que qualquer interferência na livre circulação do trânsito em qualquer trecho de rodovia federal em todo o Brasil é imediatamente informada e essa condição é registrada, além, obviamente da adoção das providências com vistas ao restabelecimento do fluxo normal de trânsito. Essas interferências podem ser de diversas naturezas, como já mencionado anteriormente, e vão desde uma lentidão provocada por uma interdição parcial da via causada por um acidente até um bloqueio total da via por manifestações populares.

Para avaliar o quanto as rodovias federais sofrem com essas interferências e avaliar a efetividade as ações da Polícia Rodoviária Federal no sentido de reduzi-las ou eliminá-las, foi criado o Índice de Interdição de Rodovia, que resultará da ponderação da tabulação dos dados dessas interferências na via. Assim, serão considerados na formulação desse índice fatores como a duração e o nível de interferência, o VMD (Volume Médio Diário de veículos) do trecho observado, o nível de dificuldade de restabelecer o fluxo de trânsito, entre outros fatores.

3. Contribuir para a Redução da Criminalidade e da Violência no País.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL
12ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL – ESPIRITO SANTO

a. Descrição

As causas da violência têm suas raízes na ineficiência histórica do Estado em promover políticas de inclusão social nas áreas de educação, saúde e trabalho, por exemplo, no entanto, as soluções para o problema do avanço da criminalidade, especialmente nos momentos de crise, sempre são esperadas do sistema de segurança pública e, em última análise, das instituições policiais que o compõe.

As rodovias federais não estão imunes a essa realidade, visto ter o Brasil optado pela massificação do transporte rodoviário de cargas e passageiros, o que implica dizer que a maior parte das riquezas produzidas no país é transportada por nossas rodovias, especialmente as federais. Além disso, as organizações criminosas utilizam-se primordialmente do transporte rodoviário na realização de suas atividades ilícitas, a exemplo do tráfico de drogas, do roubo e furto de veículos e cargas, do contrabando e do descaminho, dos crimes contra a propriedade intelectual (pirataria), do tráfico de seres humanos e dos crimes ambientais, da exploração sexual infanto-juvenil, entre outros. Significativa parcela desses crimes tem repercussão interestadual e até internacional, evidenciando a importância estratégica das rodovias federais para a segurança pública do país.

A Polícia Rodoviária Federal vem atuando fortemente no combate às diversas modalidades criminosas, com resultados extremamente positivos, e tem como pontos fortes a seu favor no cumprimento desse mister, quais sejam:

Grande capilaridade em todo o território nacional, um corpo de policiais bem treinados e motivados;

Larga experiência adquirida a partir das iterações constantes com as situações de crime;

- Facilidade de difusão de informações e conhecimento em decorrência de uma cadeia hierárquica horizontalizada e de uma área de ensino desenvolvida e competente;
- Facilidade de mobilização de efetivo, com possibilidade de direcionar recursos humanos e materiais a qualquer parte do território nacional.

Assim, a atuação da Polícia Rodoviária Federal no combate às diversas modalidades criminosas no âmbito das rodovias federais e em outras áreas em parceria com outras instituições como o Ministério Público, órgãos fazendários, de proteção ambiental, de proteção de direitos humanos, de proteção à infância e adolescência, contribuem de forma relevante para a redução da criminalidade e da violência no país.

b. Indicador



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL
12ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL – ESPIRITO SANTO

Em relação a esse resultado institucional, verificou-se a grande dificuldade de se estabelecer um indicador que pudesse medir o nível de criminalidade no âmbito das rodovias federais, especialmente pela dificuldade de acesso a dados confiáveis de ocorrências criminais, haja vista que a grande maioria dos registros é feita nas polícias civis dos Estados, e apenas uma pequena parte é comunicada diretamente à Polícia Rodoviária Federal. Desse modo não há como monitorar essas ocorrências e estabelecer metas relacionadas à sua redução, o que poderia servir de verificador o quanto a ação policial contribuiu com a redução da criminalidade, ao menos no âmbito das rodovias federais.

Assim, buscando indicadores que pudessem ao menos aferir a intensidade das ações da Polícia Rodoviária Federal, e conseqüentemente sua contribuição para a redução da criminalidade e da violência no país, foram definidos aqueles relacionados diretamente aos resultados das ações de combate à criminalidade, que repercutem diretamente na sua redução e na redução da violência a ela relacionada.

O acompanhamento do impacto das ações da Polícia Rodoviária Federal será aferido a partir dos indicadores Pessoas Detidas, Veículos Recuperados e do Quadro de Apreensões de drogas, contrabando e descaminho, armas e relacionadas a crimes ambientais.

4. Aumentar a Percepção de Segurança dos Usuários das Rodovias Federais

a. Descrição

A percepção pode ser descrita como um processo de selecionar, organizar e interpretar os estímulos e as impressões sensoriais oferecidas pelo meio ambiente, lhes atribuindo significado. É um processo interno e individual, de modo que um determinado objeto no mundo real, e aqui poderíamos considerar a própria segurança pública como objeto, será percebido de forma diferente por cada indivíduo. A percepção é afetada por fatores externos e internos, assim, depende da forma como um objeto é apresentado e do conhecimento e experiência pessoal do indivíduo em relação a ele, além de seus valores, motivações e expectativas.

A percepção de segurança, a partir do conceito de percepção poderia ser definida como a impressão ou sentimento do indivíduo do nível de segurança em que se encontra o ambiente em que ele vive, em outras palavras, o quanto é seguro o local onde trabalha, o meio de transporte que ele utiliza, a escola que seus filhos frequentam, as vias públicas pelas quais transita, entre outras situações do seu cotidiano.

Considerando essa idéia de percepção de segurança, não é o suficiente para a instituição reduzir a violência no trânsito, assegurar a livre circulação nas rodovias federais e contribuir com redução da criminalidade e da violência no país, mesmo produzindo uma melhoria real na segurança pública para a sociedade.

Importa que o cidadão perceba essa nova realidade, haja vista que a sua satisfação em relação aos serviços públicos prestados pelo Estado decorre principalmente de sua percepção a respeito do quanto esses serviços atendem suas necessidades. Igualmente, essa percepção da



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL
12ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL – ESPIRITO SANTO

realidade de um novo contexto de maior segurança é necessária para que o cidadão se aproprie desse valor, dessa conquista, e isso possa repercutir positivamente na sua qualidade de vida. Fica a percepção de segurança não é um produto fictício, uma idéia vaga e sem conteúdo, posto que não é possível desfrutar de um estado de segurança se não pudemos reconhecê-lo.

Ao estabelecer o aumento da percepção de segurança como resultado institucional em seu planejamento estratégico, a Polícia Rodoviária Federal busca gerar no cidadão a percepção do incremento do nível de segurança pública obtido no ambiente das rodovias federais como consequência direta da obtenção dos outros resultados institucionais (redução da violência no trânsito, da criminalidade e assegurar a livre circulação nas rodovias federais), além de outros fatores a serem trabalhados nessa direção.

Para fornecer esse retorno à sociedade, a Polícia Rodoviária Federal se servirá de alguns meios principais, a saber:

- Fortalecer sua imagem institucional junto à sociedade com ações de divulgação dos resultados alcançados em relação à redução da violência no trânsito, ao combate à criminalidade e às ações de garantia de livre circulação do trânsito;
- Fortalecimento e modernização do policiamento ostensivo, por meio de um planejamento adequado, ampliando sua presença ostensiva em trechos de rodovia federal e períodos específicos onde haja uma maior incidência de situações de risco à segurança de seus usuários, otimizando os recursos humanos e materiais;
- Ampliar o monitoramento das rodovias federais com recursos tecnológicos avançados, visando coibir comportamentos de risco à segurança viária, bem como outras ações delituosas. Com o monitoramento a distância a instituição amplia seu controle com menos recursos, criando nos usuários a sensação de observação constante de suas ações, produzindo uma espécie de efeito panóptico, inibindo condutas impróprias de alguns e dando tranquilidade aos demais.
- Articular parcerias e estreitar relações com o órgão executivo rodoviário visando melhorar as condições de segurança da via, do ponto de vista de infraestrutura, ou seja, condições de trafegabilidade do pavimento e da sinalização viária.

b. Indicador

Para aferir o nível de percepção de segurança dos usuários das rodovias federais foi criado o Índice de Percepção de Segurança, que será medido a partir de uma pesquisa quantitativa e qualitativa, que avaliará se as ações desenvolvidas pela instituição produziram, além dos resultados aferidos pelos outros indicadores, um impacto positivo na sociedade, ou seja, se aqueles que fazem uso das rodovias federais sentem-se mais seguros nos seus deslocamentos e o quanto essa segurança é resultante da ação da Polícia Rodoviária Federal.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL
12ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL – ESPIRITO SANTO

A pesquisa que buscará aferir o indicador em questão deverá ser realizada por instituto de pesquisa especializado, contratado para esse fim, com periodicidade anual, e deverá fornecer como resultado, além de outras informações, um valor que possa ser comparado ao longo do tempo, de modo que possa ser estabelecida uma meta a ser buscada para esse Índice de Percepção de Segurança.

1.5 Macroprocessos de Apoio

- Fomentar e potencializar ações de educação para o trânsito;
- Fortalecer e modernizar a fiscalização e o policiamento ostensivo;
- Intensificar ações de garantia e promoção dos Direitos Humanos;
- Ampliar e aperfeiçoar o resgate emergencial e o atendimento pré-hospitalar;
- Aprimorar o registro de ocorrências e implantar a perícia de acidentes;
- Estabelecer um modelo eficaz de gestão participativa;
- Implantar um modelo de gestão baseado em resultados;
- Desenvolver a cultura de gestão de projetos;
- Mapear, otimizar, padronizar e sistematizar processos de trabalho;
- Intensificar e aprimorar o uso da tecnologia da informação e a produção de conhecimento;
- Fomentar melhorias legais e estruturais relacionadas à missão da PRF;
- Articular parcerias e intensificar a cooperação nacional e internacional;
- Fortalecer a imagem institucional da PRF;
- Melhorar a comunicação interna e externa;
- Adequar o quadro de pessoal às necessidades;
- Mapear e desenvolver competências com enfoque estratégico;
- Potencializar o bem estar, a motivação e o desempenho dos servidores;
- Intensificar o orgulho de pertencer à PRF e fortalecer seus valores institucionais;
- Assegurar recursos financeiros e otimizar sua execução;
- Prover meios e infraestrutura adequados ao desempenho das atividades.

1.6 Principais Parceiros.

- Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT;
- Departamento de Polícia federal - DPF



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL
12ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL – ESPIRITO SANTO

- Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT;
- Serviço de Atendimento Móvel de Urgência – SAMU;
- Departamento Nacional de Trânsito – DENATRAN;
- Órgãos de Segurança Pública;
- Receita Federal;
- Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA;
- Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio;
- Ministério do Trabalho e Emprego;
- Órgãos do Sistema Nacional de Trânsito.

2. INTRODUÇÃO

Instrumento de planejamento, acompanhamento e avaliação da gestão institucional, o presente Relatório de Gestão foi elaborado em consonância com a Instrução Normativa nº 63, de 1º de setembro de 2010, com as Decisões Normativas TCU nº 119/2012, nº 121/2012 e nº 124/2012 e com a Portaria TCU nº 150/2012, que deverão compor o Relatório de Tomada de Contas Anual, relativamente ao exercício de 2012.

Abaixo estão relacionados os itens aplicáveis a esta UJ que, no entanto, não houveram registros de ocorrências no exercício 2012, como também os itens cujas naturezas jurídicas não se aplicam a esta Unidade, todos antecedidos pela numeração atribuída pelo Anexo II da Decisão Normativa TCU nº 119/2012:

A parte “A” do Anexo II da DN TCU N.º 119, de 18/01/2012:

3.1 Estrutura de Governança; 3.3 Remuneração Paga a Administradores; 5.6 Gestão de Precatórios; 8.2 Análise Crítica; 10.2 Informações Sobre a Atuação da Unidade de Auditoria Interna; 11.3 Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas Previstas na Lei nº 4.320/1964 e Pela NBC T 16.6 Aprovada Pela Resolução CFC N° 1.133/2008; 11.4 Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas Exigidas Pela Lei nº 6.404/1976; 11.5 Composição Acionária das Empresas Estatais e 11.6 Parecer da Auditoria Independente;

Assim como também todos os itens da parte “B” do mesmo Anexo.

Não foram preenchidos e nem comentados, por não se aplicarem à natureza jurídica da UJ ou por não haver nenhum registro contábil.

Em seu conteúdo, o Relatório de Gestão, conforme já referido, exhibirá as realizações, os resultados operacionais e os índices de satisfação obtidos em função das metas programadas, bem assim como o impacto alcançado em função das ações desempenhadas, considerando a



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL
12ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL – ESPIRITO SANTO

estrutura atual atrelada aos recursos consignados e conseqüentemente aplicados, cujos resultados obtidos subsidiam a tomada de decisões no que concerne à gestão.

Este relatório visa correlacionar as metas, os resultados consolidados e a destinação dos recursos contemplados nos Programas **2070** – Segurança Pública com Cidadania, **0089** – Previdência de Inativos e Pensionistas da União e **2112** – Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Justiça, no exercício de 2012. Desse modo, torna-se o instrumento de acompanhamento orçamentário e financeiro, bem como de avaliação do funcionamento dos serviços a partir de critérios definidos de eficiência, eficácia e efetividade das ações desenvolvidas no âmbito da 12ª Superintendência Regional de Polícia Rodoviária Federal.

No Estado do Espírito Santo, a Polícia Rodoviária Federal atua na fiscalização e policiamento de 764,7 quilômetros de rodovias. No ano de 2012, ocorreram 7.696 acidentes na circunscrição da Unidade, resultando num total de 3.895 feridos e 262 mortes, que representam, em paralelo aos números do ano de 2011, diminuição da ordem de 3,21 % em relação ao quantitativo absoluto de acidentes, de 4,44% em comparação ao número absoluto de feridos e de 17,35% quando equiparado ao número absoluto de mortes.

Muito embora as reduções verificadas sejam significativas, principalmente no que tange ao número de óbitos, o contínuo e vertiginoso crescimento da frota nacional de veículos, o comportamento imprudente dos condutores e as dificuldades enfrentadas pelos órgãos competentes quanto à duplicação das BR's 101 e 262, aliado ao número insuficiente de policiais lotados na 12ª SRPRF/ES, constituem os principais óbices à efetivação de uma redução mais drástica nos índices de violência no trânsito nas rodovias federais do Estado.

E para a consecução desses resultados, insta frisar, a Polícia Rodoviária Federal, que contou no período com 204 policiais federais em solo espírito-santense, abordou 104.601 veículos no ano de 2012, culminando, no que atine à fiscalização de trânsito, na lavratura de 46.071 autos de infrações, no recolhimento de 1.230 CNH's, na retenção de 4.275 veículos e na realização de 14.632 testes de alcoolemia. Do total de condutores abordados, 978 foram flagrados dirigindo sob influência de álcool e, por estarem com concentração etílica configuradora do ilícito penal, 148 foram presos e encaminhados à autoridade de polícia judiciária.

Além disso, no combate aos demais crimes ocorrentes nas BR's capixabas, releva destacar os expressivos resultados alcançados no período, quais sejam: apreensão de 2.670g de haxixe, de 79.946g de cocaína, 1.698g de crack e de 1.402.247g de maconha; recuperação de 97 veículos com restrição de furto/roubo; apreensão de 38 armas de fogo e de 369 munições; apreensão de 207 animais silvestres. In totum, 1.030 pessoas foram detidas pela PRF e apreendidos 24 menores infratores.

Com o objetivo de alcançar os resultados definidos nos programas e ações governamentais, a Unidade pretende cumprir suas atribuições com mais eficiência, buscando sempre resguardar a segurança pública, tendo como metas a redução do número de acidentes e mortes nas rodovias federais, combater a criminalidade, melhorar a sensação de segurança e contribuir para o bem estar da sociedade.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODoviÁRIA FEDERAL
12ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL – ESPIRITO SANTO

3. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO, PLANO DE METAS E DE AÇÕES

3.1 Planejamento Das Ações Da Unidade Jurisdicionada

O planejamento estratégico da Polícia Rodoviária Federal são de responsabilidade do seu Órgão central e tem a abrangência dos anos 2012 a 2020.

As características inerentes ao trânsito rodoviário e a grande extensão da malha viária, favorecem a proliferação das ações criminosas e dificultam o combate a ser exercido.

Vários tipos de crimes ocorrem ao longo das rodovias, tais como: crimes de evasão fiscal e de divisas, transporte ilegal de madeiras e animais silvestres, exploração sexual de crianças e adolescentes, tráfico de pessoas, tráfico de drogas, contrabando, descaminho, transporte de materiais irregulares e falsificados, dentre outros.

Os ilícitos em comento causam enormes prejuízos à economia do País. Por seu turno, as regras de circulação previstas no Código de Trânsito Brasileiro encontram na PRF seu agente aplicador no âmbito Federal.

O foco de atuação da PRF está inserido em uma visão de real proteção ao cidadão, proporcionada pela sua presença, de forma preventiva, aliada à necessária repressão do crime, visando o aumento da sensação de segurança.

Além disso, e mais importante, seus objetivos são atingidos através da execução das ações do programa correspondente à segurança pública nas rodovias federais, que vão desde atividades de saúde voltadas aos usuários das rodovias às atividades de educação para o trânsito.

Por outro lado, os acidentes de trânsito representam prejuízos à economia e à sociedade brasileira, pois os componentes de consequências desfavoráveis de um acidente de trânsito interferem na saúde pública, pelo alto índice de dispêndios governamentais com o tratamento hospitalar dispensado às vítimas, pela interferência na vida em família, pelos danos irreparáveis às vítimas, pelos prejuízos à população economicamente ativa, pelo prejuízo de cargas e veículos sinistrados, dentre muitos outros que compõem prejuízos financeiros elevados, além dos danos intangíveis e irreparáveis na vida social e familiar do cidadão.

Com o objetivo de reduzir o número de acidentes e, conseqüentemente, os reflexos negativos deles decorrentes, a PRF tem procurado implementar uma metodologia de trabalho mais efetiva, utilizando-se de assistência direta ao cidadão, orientações aos usuários das rodovias, campanhas educativas, dentre outros.

O certo é que o DPRF vem delineando suas estratégias de atuação buscando acompanhar esse processo evolutivo, que decorre da diversificação das demandas sociais, dentre as quais estão inseridas aquelas que requerem uma ação do governo mediante a integração do aparato estatal existente.

Neste norte, a Polícia Rodoviária Federal tem fornecido subsídios para que os Estados Federados e entes do Governo Federal venham a implementar políticas públicas, a exemplo



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL
12ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL – ESPIRITO SANTO

do Ministério da Saúde, Ministério do Trabalho e Emprego, Ministério do Meio Ambiente, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA e Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT, entre outros.

Assim, o planejamento de atuação tem-se desenvolvido no intuito de estabelecer ações integradas com os demais Órgãos Administrativos, bem como com os administrados em geral, para, cada vez mais, prestar um serviço relevante e de qualidade à Sociedade, público-alvo de todas as atividades empreendidas pela Polícia Rodoviária Federal.

Outros fatores sociais identificados são: apoio à sociedade nas situações de calamidade pública, como enchentes, queimadas e queda de barreiras e estradas, bem como o acompanhamento e controle dos reflexos causados pelas manifestações reivindicatórias, que contemplam demandas sociais várias, onde frequentemente ocorre o bloqueio de rodovias federais, trazendo inúmeros prejuízos à população.

Neste contexto, para o perfeito desempenho de suas competências institucionais, faz-se necessário que sua atividade-meio execute suas atribuições em sintonia com a atividade-fim, dotando-a dos recursos necessários para tanto.

De acordo com o PPA a Polícia Rodoviária Federal deverá executar as seguintes ações no quadriênio 2012-2015:

- Ampliar de 10.400.000 para 24.000.000 os procedimentos de fiscalização de pessoas nas rodovias federais;
- Implantar 21 Unidades Especiais de Fronteira da Polícia Rodoviária Federal;
- Implantar 66 monitoramentos eletrônicos (OCR) - Sistema Alerta Brasil em Regiões de Fronteiras;
- Implementação de um Sistema de Tratamento de Dados de Inteligência Policial do Departamento de Polícia Rodoviária Federal nas fronteiras;
- Modernização de 21 Unidades do Sistema Integrado de Inteligência policial para Unidades do Departamento de Polícia Federal nas fronteiras.
- Implantar 166 monitoramentos eletrônicos (OCR) - Sistema Alerta Brasil;
- Mapear as competências necessárias para o desempenho das atribuições da Polícia Rodoviária Federal, identificando os perfis adequados, em especial às atividades de liderança e gestão, bem como aperfeiçoar os mecanismos de avaliação de desempenho e valorização dos servidores;
- Realizar ações de capacitação dos servidores da Polícia Rodoviária Federal, de modo a ajustar as competências institucionais, qualificando 85% dos servidores com no mínimo 30 horas aula de capacitação anual;
- Reformar as unidades operacionais de apoio ao policiamento rodoviário federal da Polícia Rodoviária Federal.
- Alcançar com ações de educação para o trânsito 1.000.000 de pessoas até 2015;



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL
12ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL – ESPIRITO SANTO

- Ampliar a parceria com o Ministério da Saúde mediante a implantação do SAMU Rodoviário Nacional;
- Ampliar de 21.500.000 para 24.000.000 o número de fiscalizações de veículos nas rodovias federais;
- Ampliar de 4.150.000 para 6.000.000 o número de procedimentos de fiscalização de alcoolemia;
- Implantar o Centro de Estudos de Segurança Viária;
- Implementar centrais de comando e controle em todas as regionais do Departamento de Polícia Rodoviária Federal (DPRF) com objetivo de monitorar, despachar e controlar as ações operacionais, utilizando-se de sistemas de informações integrados;
- Monitorar eletronicamente com câmeras de vigilância 200 pontos críticos de rodovias.

Adicionalmente à execução das ações previstas no PPA, quadriênio 2012-2015, a Polícia Rodoviária Federal pretende executar ainda as ações seguintes:

- Adequar os serviços prestados pelos órgãos de segurança pública e outras instituições frente ao aumento da demanda ocasionada pelos grandes eventos, com prioridade para as sedes da Copa 2014;
- Capacitar 5.000 Policiais Rodoviários Federais em ações específicas voltadas para grandes eventos;
- 51 Centros de Comando e Controle Móveis destinados às sedes da Copa e centros de treinamento das seleções;
- Dispor de 34.000 vagas de ensino presencial da SENASP com foco nos grandes eventos;
- Apreender 150.717 kg de cocaína (cloridrato, pasta base, crack e outras formas de apresentação) apreendida;
- Apreender 52.000 armas de fogo apreendidas;
- Implantação de 350 unidades de próprios nacionais residenciais nas fronteiras;
- Adequar e reformar instalações de segurança pública de organizações e instituições pertencentes ao Estado, adquirir equipamentos, produtos e serviços de tecnologia de informação e comunicação;
- Desenvolver ações para que as forças federais de segurança pública atuem no combate e na apuração dos crimes contra os direitos humanos, relacionados em especial a milícias e grupos de extermínio;
- Promover a reestruturação organizacional dos órgãos policiais da União;



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL
12ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL – ESPIRITO SANTO

- Capacitar policiais do Departamento de Polícia Rodoviária Federal na temática vinculada à prevenção do uso de drogas na associação com o trânsito brasileiro, bem como o desenvolvimento de habilidades em abordagem dos condutores que apresentam sinais de consumo de álcool ou outras drogas e o adequado uso de etilômetros;
- Integração da Rede de Ensino a Distância da Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP) às ações de educação das Instituições de Segurança Pública;
- Realizar estudos e pesquisas na área de educação, valorização profissional e segurança pública;

E em particular esta 12ªSRPRF/ES tem ainda como seus os objetivos estratégicos de:

- Atingir ou superar a meta de redução de acidentes em rodovias federais;
- Atingir ou superar a meta de redução de mortalidade em rodovias federais.

3.2 Estratégias de Atuação Frente aos Objetivos Estratégicos

O planejamento estratégico desta Unidade Jurisdicionada está atrelado as decisões exaradas pelo Órgão Central, responsável pelas tomadas de resoluções políticas e econômicas quanto as opções de direção, atuação e mudanças de prioridades organizacionais ao longo do exercício, decorrentes de riscos e ameaças ao desempenho da estratégia de atuação.

A principal decisão de atuação da Unidade Jurisdicionada tem sido a continuidade nos trabalhos de adequação de suas instalações físicas aos conceitos e normatizações atualizados, com a construção e ampliação de edificações que resultam diretamente no desenvolvimento das atividades da Instituição, com instalações modernas, seguras, representativas, funcionais, que permitam a total integração entre todos os órgãos de Segurança Pública de Governo, com o objetivo principal de representar e exercer, efetivamente, o Poder de Polícia nas diversas áreas do país.

Tal estratégia de atuação vem sendo desenvolvida pela Unidade em exercícios anteriores, tendo parte dos recursos destinados a tais investimentos destacados no orçamento por meio de concessões de emendas parlamentares.

Contudo, a falta de pessoal especializado nas áreas de planejamento estratégico e de atividades técnicas no quadro de servidores do DPRF, agravada pelo reduzido número de policiais e servidores administrativos, acaba por comprometer a atuação estratégica e influenciar nas decisões do Órgão Central como coordenador das decisões da Unidade.

Com o intuito de gerenciar os objetivos da Polícia Rodoviária Federal, alinhando o planejamento estratégico do órgão com as metas do PPA o Escritório de Projetos Estratégicos do DPRF fomenta a construção, o desenvolvimento e o acompanhamento de Projetos que possam



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL
12ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL – ESPIRITO SANTO

gerenciar as demandas macros da Polícia Rodoviária Federal. Neste contexto, a Polícia Rodoviária Federal vem implementando o desenvolvimento dos seguintes Projetos Estratégicos:

- Comando e Controle – que possui como escopo: Intensificar e aprimorar o uso da tecnologia da informação e a produção de conhecimento; fortalecer e modernizar a fiscalização e o policiamento ostensivo; e melhorar a comunicação interna e externa;
- Vídeo Monitoramento de Rodovias - que possui como escopo: Intensificar e aprimorar o uso da tecnologia da informação e a produção de conhecimento; fortalecer e modernizar a fiscalização e o policiamento ostensivo; e prover meios e infraestrutura adequadas ao desempenho das atividades;
- Alerta Brasil – que possui como escopo: Intensificar e aprimorar o uso da tecnologia da informação e a produção de conhecimento; fortalecer e modernizar a fiscalização e o policiamento ostensivo; e prover meios e infraestrutura adequadas ao desempenho das atividades;
- Landell – que possui como escopo: Fortalecer e modernizar a fiscalização e o policiamento ostensivo; prover meios e infraestrutura adequadas ao desempenho das atividades; e melhorar a comunicação interna e externa;
- Sistemas Móveis – que possui como escopo: Fortalecer e modernizar a fiscalização e o policiamento ostensivo; prover meios e infraestrutura adequadas ao desempenho das atividades; e melhorar a comunicação interna e externa;
- Série Alpha - que possui como escopo: Prover meios e infraestrutura adequadas ao desempenho das atividades; mapear, otimizar e padronizar processos internos; e fomentar melhorias legais e estruturais relacionadas à Missão da PRF;
- Policiamento Especializado – que possui como escopo: Fortalecer e modernizar a fiscalização e o policiamento ostensivo; mapear, otimizar e padronizar processos internos; e fortalecer a imagem institucional da PRF;
- PRF Fronteira - que possui como escopo: Fortalecer e modernizar a fiscalização e o policiamento ostensivo; prover meios e infraestrutura adequadas ao desempenho das atividades; e articular parcerias e intensificar a cooperação nacional e internacional;
- Reengenharia Operacional – que possui como escopo: Fortalecer e modernizar a fiscalização e o policiamento ostensivo; prover meios e infraestrutura adequadas ao desempenho das atividades; e adequar o quadro de pessoal;
- Apoio ao Condutor e Turista – que possui como escopo: Prover meios e infraestrutura adequadas ao desempenho das atividades; articular parcerias e intensificar a cooperação nacional e internacional; e fortalecer a imagem institucional da PRF;



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODoviÁRIA FEDERAL

12ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL – ESPIRITO SANTO

- Plano Diretor de Educação para o Trânsito – que possui como escopo: Fomentar e potencializar ações de Educação para o Trânsito; fortalecer a imagem institucional da PRF; e intensificar ações de garantia dos direitos humanos;
- Hora de Ouro - que possui como escopo: Ampliar e aperfeiçoar o atendimento pré-hospitalar e o resgate emergencial; fortalecer a imagem institucional da PRF; e articular parcerias e intensificar a cooperação nacional e internacional;
- Sistema de Registros de Ocorrências – que tem como escopo: Implantar a perícia de acidente e aprimorar o registro de ocorrências; intensificar e aprimorar o uso da tecnologia da informação e a produção de conhecimento; e mapear, otimizar e padronizar processos internos;
- Gestão Administrativa - que tem como escopo - Prover meios e infraestrutura adequadas ao desempenho das atividades; intensificar e aprimorar o uso da tecnologia da informação e a produção de conhecimento; e mapear, otimizar e padronizar processos internos;
- Sistemas de Informações Gerenciais- que tem como escopo – Desenvolver a cultura de gestão participativa e por resultados; intensificar e aprimorar o uso da tecnologia da informação e a produção de conhecimento; e mapear, otimizar e padronizar processos internos;
- PRF na Internet – que tem como escopo : fortalecer a imagem institucional da PRF; fortalecer a imagem institucional da PRF; intensificar o orgulho de pertencer à PRF e fortalecer seus valores institucionais (profissionalismo, ética, equidade, proatividade, cordialidade, comprometimento, espírito de equipe, transparência e responsabilidade socioambiental);
- Gestão por Competências – que tem como escopo: Mapear e desenvolver competências; adequar o quadro de pessoal; e potencializar a motivação e o desempenho dos servidores;
- Fortalecimento da Estrutura de Ensino – que tem como escopo: Mapear e desenvolver competências; potencializar a motivação e o desempenho dos servidores; e intensificar o orgulho de pertencer à PRF e fortalecer seus valores institucionais (profissionalismo, ética, equidade, proatividade, cordialidade, comprometimento, espírito de equipe, transparência e responsabilidade socioambiental);
- Próprios Nacionais – que tem como escopo: Prover meios e infraestrutura adequadas ao desempenho das atividades; adequar o quadro de pessoal; e potencializar a motivação e o desempenho dos servidores;
- ADI Nacional – que tem como escopo: Desenvolver a cultura de gestão participativa e por resultados; potencializar a motivação e o desempenho dos servidores; e mapear e desenvolver competências;
- Coeficiente de Adequação de Logística e de Infraestrutura – que tem como escopo: Prover meios e infraestrutura adequadas ao desempenho das atividades; assegurar



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL
12ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL – ESPIRITO SANTO

recursos financeiros e otimizar a sua execução; e potencializar a motivação e o desempenho dos servidores;

- Endomarketing (Clima Organizacional) – que tem como escopo: Desenvolver a cultura de gestão participativa e por resultados; melhorar a comunicação interna e externa; e intensificar o orgulho de pertencer à PRF e fortalecer seus valores institucionais (profissionalismo, ética, equidade, proatividade, cordialidade, comprometimento, espírito de equipe, transparência e responsabilidade socioambiental);
- Mapeamento/otimização de processos – que tem como escopo: Mapear, otimizar e padronizar processos internos; desenvolver a cultura de gestão participativa e por resultados; e potencializar a motivação e o desempenho dos servidores;
- Pesquisa: Percepção de Segurança e Imagem da PRF – que tem como escopo: Fortalecer a imagem institucional da PRF ; Melhorar a comunicação interna e externa; e fortalecer e modernizar a fiscalização e o policiamento ostensivo;

Os objetivos traçados no PPA e os escopos existentes nos projetos estratégicos do órgão estão intimamente relacionados com os Macroprocessos de Apoio que o órgão executa.

3.3 Execução do Plano de Metas ou de Ações

Quanto aos procedimentos de fiscalização de pessoas nas rodovias federais, a PRF atuou de forma efetiva e continuada, tendo sido fiscalizado condutores e passageiros de veículos. 1.769 cidadãos foragidos da justiça, com mandado de prisão em aberto, foram detidos. Objetivando alcançar a meta de 24.000.000 pessoas fiscalizadas até 2015, a meta para 2013 será reajustada, adequando-a à realidade do novo efetivo policial, visto que a PRF recebeu mais 1.500 policiais no final de 2012.

No caso particular do Estado do Espírito Santo, a Polícia Rodoviária Federal registrou a ocorrência de 7.696 acidentes na circunscrição desta Unidade, resultando num total de 3.895 feridos e 262 mortes, que representam, em paralelo aos números do ano de 2011, diminuição da ordem de 3,21 % em relação ao quantitativo absoluto de acidentes, de 4,44% em comparação ao número absoluto de feridos e de 17,35% quando equiparado ao número absoluto de mortes.

Com a efetiva abordagem de 104.601 veículos no ano de 2012, resultando na lavratura de 46.071 autos de infrações, no recolhimento de 1.230 CNH's, na retenção de 4.275 veículos e na realização de 14.632 testes de alcoolemia. Do total de condutores abordados, 978 foram flagrados dirigindo sob influência de álcool e, por estarem com concentração etílica configuradora do ilícito penal, 148 foram presos e encaminhados à autoridade de polícia judiciária.

Quanto ao combate aos demais crimes ocorrentes nas BR's capixabas, releva destacar os expressivos resultados alcançados no período, quais sejam: apreensão de 2.670g de haxixe, de



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL
12ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL – ESPIRITO SANTO

79.946g de cocaína, 1.698g de crack e de 1.402.247g de maconha; recuperação de 97 veículos com restrição de furto/roubo; apreensão de 38 armas de fogo e de 369 munições; apreensão de 207 animais silvestres. In totum, 1.030 pessoas foram detidas pela PRF e apreendidos 24 menores infratores.

3.4 Indicadores

A definição de indicadores para tomadas de decisão gerencial que afete a Unidade Jurisdicionada são informadas pela Unidade Orçamentária (200109).

Medição de produtos, serviços e resultados alcançados são repassados à Unidade Orçamentária (200109), que é a responsável em definir os indicadores institucionais, por meio de metodologia voltada a mensurar a viabilidade efetiva desses indicadores.

As metas e indicadores que constam da Lei Orçamentária Anual – LOA para a UO (200109) não são descentralizadas para as Unidades Regionais.

Descrição:		Forma de Cálculo:
1	Taxa de Mortalidade	Números de mortes, por milhão de veículos, considerando-se a frota nacional de veículos de acordo com as informações fornecidas pelo DENATRAN.
2	Taxa de Acidentes Graves	Números de Acidentes Graves, por milhão de veículos, considerando-se a frota nacional de veículos de acordo com as informações fornecidas pelo DENATRAN.
3	Índice de Interdição de Rodovia	Ponderação que Resultará da tabulação dos dados de interferências na via, sendo considerados na formulação desse índice fatores como a duração e o nível de interferência, o VMD (Volume Médio Diário de veículos) do trecho observado e o nível de dificuldade de restabelecer o fluxo de trânsito.
4	Pessoas Detidas	Variação do Número de Pessoas Detidas por períodos de mensuração.
5	Veículos Recuperados	Variação do Número de Veículos Recuperados por períodos de mensuração.
6	Quadro de Apreensões de Drogas,	Variação do Número de Apreensões por períodos de mensuração.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL
12ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL – ESPIRITO SANTO

	Contrabando e descaminho, Armas e Relacionadas a Crimes Ambientais	
7	Índice de Percepção de Segurança	Pesquisa quantitativa e qualitativa, que avaliará se as ações desenvolvidas pela instituição produziram, além dos resultados aferidos pelos outros indicadores, um impacto positivo na sociedade, ou seja, se aqueles que fazem uso das rodovias federais sentem-se mais seguros nos seus deslocamentos e o quanto essa segurança é resultante da ação da Polícia Rodoviária Federal.

Fonte: CGO - EPE/DPRF.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL
12ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL – ESPIRITO SANTO
4. ESTRUTURA DE GOVERNANÇA E DE AUTOCONTROLE DA GESTÃO

4.1 Avaliação do Funcionamento dos Controles Internos

Quadro III - Avaliação do Sistema de Controles Internos da UJ

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS	VALORES				
	1	2	3	4	5
Ambiente de Controle					
1. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.				X	
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.			X		
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.			X		
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.					X
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.				X	
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.				X	
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.				X	
8. Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.				X	
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.			X		
Avaliação de Risco					
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					X
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.					X
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade				X	



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL
12ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL – ESPIRITO SANTO

de ocorrência desses riscos e a conseqüente adoção de medidas para mitigá-los.					
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.				X	
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.				X	
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.				X	
16. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.				X	
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					X
Procedimentos de Controle	1	2	3	4	5
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.				X	
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.				X	
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.			X		
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.				X	
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.				X	
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.				X	



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL
12ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL – ESPIRITO SANTO

25. A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.				X	
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.				X	
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.				X	
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.			X		
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.			X		
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.			X		
Análise Crítica: <p>Essa UJ não possui em sua estrutura uma Área encarregada especificamente do acompanhamento do Sistema de Controle Interno, esta estruturação encontra-se presente no âmbito do Ministério da Justiça, Unidade a qual esta UJ é subordinada.</p> <p>Inobstante, foi criado o Grupo de Acompanhamento de Auditoria e Fiscalização que tem acompanhado as demandas oriundas do TCU e CGU.</p> <p>Também foi implantado pelo DPRF o EPE – Escritório de Projetos Estratégicos, e publicada a sua metodologia, voltada para a gestão de projetos, especialmente os prioritários, contendo planejamento das demandas, análise e monitoramento de riscos entre outros mecanismos de aperfeiçoamento de gestão.</p> <p>Cabe ressaltar que a alta Administração do DPRF tem envidado esforços no sentido de dotar a Instituição de uma área de assessoramento de controle interno, conforme Projeto de reestruturação do DPRF processo atualmente sob análise da Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e posterior encaminhamento à Casa Civil.</p> <p>Quanto ao código de conduta, informamos que o DPRF orienta seus servidores pelo Decreto Nº 1.171, de 22 de junho de 1994, que aprova o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal. Tal instrumento (que por se tratar de dispositivo legal em vigor, já pressupõe prévio conhecimento por parte dos servidores públicos) é abordado na disciplina Ética e Cidadania, do Curso de Formação Profissional do DPRF. Além disso, alguns de seus preceitos são comumente reiterados pela Comissão de Ética do DPRF (cujos membros são designados por Portaria Interna) e através de ações de Corregedoria Participativa.</p>					



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL
12ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL – ESPIRITO SANTO

Os controles administrativos do DPRF quanto aos aspectos: Ambiente de controle; Avaliação de risco; Procedimentos de controle, informação/comunicação, e Monitoramento, encontram-se detalhados nos itens nº 9.1 a 9.5 descritos abaixo.

Escala de valores da Avaliação:

- (1) Totalmente inválida:** Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente **não observado** no contexto da UJ.
- (2) Parcialmente inválida:** Significa que o conteúdo da afirmativa é **parcialmente observado** no contexto da UJ, porém, **em sua minoria**.
- (3) Neutra:** Significa que **não há como avaliar** se o conteúdo da afirmativa é ou não observado no contexto da UJ.
- (4) Parcialmente válida:** Significa que o conteúdo da afirmativa é **parcialmente observado** no contexto da UJ, porém, **em sua maioria**.
- (5) Totalmente válido.** Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente **observado** no contexto da UJ.

4.2 Sistema de Correição

A apresentação do Sistema de Correição da UJ atende ao disposto no subitem 3.4 da Portaria - TCU nº 150, de 3 de julho de 2012, explicitando a estrutura e as atividades do Sistema de Correição da Polícia Rodoviária Federal, o qual é integrado pela Corregedoria-Geral, com sede em Brasília/DF, e por 26 (vinte e seis) unidades desconcentradas distribuídas pelos diversos estados da Federação e Distrito Federal; além de evidenciar os principais resultados alcançados no ano de 2012.

A Corregedoria-Geral, dentro do Organograma do DPRF, está subordinada diretamente à Direção-Geral, contando com um efetivo atual de 19 (dezenove) Servidores. Quanto às Corregedorias Regionais, estas contam com um efetivo de 165 (cento e sessenta e cinco) Servidores em todo o Brasil, totalizando 184 (cento e oitenta e quatro) Servidores atuando diretamente na atividade correicional.

O Sistema de Correição da Polícia Rodoviária Federal tem previsão na Portaria nº 1.375, de 2 de agosto de 2007, do Senhor Ministro de Estado da Justiça, que aprovou o Regimento Interno do Departamento de Polícia Rodoviária Federal, cujo art. 10 dispõe que compete à Corregedoria-Geral do DPRF, dentre outras funções: planejar, supervisionar, orientar e coordenar as atividades relacionadas com a conduta funcional e a eficiência das atividades dos servidores do Departamento, assim como dos procedimentos relativos à correição e à disciplina, propondo a adoção de medidas corretivas.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL
12ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL – ESPIRITO SANTO

Para bem conduzir sua missão a Corregedoria-Geral subdivide-se em subunidades distintas, compostas por Divisões e Núcleos, os quais são responsáveis pelas diversas funções que abrangem suas atribuições regimentais.

Em apertada síntese pode-se esclarecer que cabe à Divisão de Gestão Correicional - DIGES e ao Núcleo que lhe é subordinado (NUCAR) as funções cartoriais, de logística e de apoio à Corregedora-Geral.

À Divisão de Corregedoria - DICOR e seu Núcleo (NUAPRO) cabem, em exposição sintetizada e meramente exemplificativa: a análise e instrução de processos disciplinares, a elaboração de portarias e documentos diversos, a gestão de prazos prescricionais, a atualização da legislação vigente, o planejamento, a supervisão, o controle e a execução de planos de correições periódicas.

A Divisão de Fiscalização e Assuntos Internos – DFAI e seu Núcleo subordinado (NUOC) são responsáveis por: elaborar e promover a execução de planos e programas de inspeções sistemáticas; fiscalizar o desenvolvimento das atividades dos servidores, nos respectivos locais de trabalho, visando prevenir e reprimir a prática de irregularidades no exercício do cargo; receber e encaminhar manifestações e sugestões, bem como denúncias e representações sobre irregularidades praticadas por servidores do Departamento; promover investigações e diligências necessárias à instrução ou instauração de procedimentos disciplinares; supervisionar as atividades de investigação correcional das Corregedorias Regionais.

Por fim, cabe às Corregedorias Regionais o planejamento, a supervisão e a execução das atividades correicionais no âmbito das Superintendências e Distritos Regionais da PRF, com circunscrição em todos os estados da Federação e no Distrito Federal.

Obedecendo-se a essa estrutura orgânica, são responsáveis pela instauração de procedimentos disciplinares os Dirigentes Regionais, em sua área de atuação, e a Corregedora-Geral do DPRF, nos casos que envolvam servidores da unidade central, que envolvam servidores lotados em mais de uma unidade regional e nas situações em que existem impedimentos das autoridades regionais.

No que se refere à aplicação de penalidades disciplinares os Dirigentes Regionais e a Corregedoria-Geral possuem competência para aplicar, na escala crescente da gravidade dos fatos apurados, até 30 (trinta) dias de suspensão. Penalidades que extrapolem esse quantitativo são de competência do Ministro de Estado da Justiça.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL
12ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL – ESPIRITO SANTO

No exercício da atividade correicional pela Corregedoria desta 12ªSRPRF/ES, durante o ano de 2012, observaram-se os seguintes resultados:

PROCEDIMENTOS INSTAURADOS - 2012		
PROCESSOS	ASSUNTO	PROVIDÊNCIA
08.667.008.053/2008-11	Possível cancelamento indevido de multa na CADA.	Arquivado por falta de objeto.
08.667.004.101/2011-99	Possível valimento do cargo e cometimento de improbidade administrativa.	Remetido à Consultoria Jurídica do MJ.
08.667.004.209/2005-33	Possível cometimento de improbidade administrativa.	Remetido à Consultoria Jurídica do MJ.
08.667.006.342/2009-58	Dano ao EDA.	Em Comissão.
08.667.005.774/2011-66	Possível violação de domicílio praticado em serviço.	Em Comissão.
08.667.001.221/2010-53	Utilização irregular de arma.	Em Comissão.
08.667.004.297/2010-31	Suposta apreensão irregular de veículo.	Em Comissão.
08.667.006.567/2008-23	Possível gerência ou administração em empresa privada.	Em Comissão.
08.667.005.049/2009-73	Má conservação de armamento.	Em Comissão.
08.667.002.493/2010-71	Desobediência e ausentar-se do serviço sem prévia autorização.	Em Comissão.
08.667.003.653/2007-01	Deixar de inserir dados de acidente no sistema BR-Brasil reiteradamente.	Em Comissão.
08.667.003.490/2010-54	Realização de transbordo irregular em fiscalização da ANTT.	Em Comissão.
08.667.006.069/2011-86	Possíveis irregularidades praticadas durante atendimento de ocorrência.	Em Comissão.
08.667.003.164/2011-28	Descumprimento de ordem.	Em Comissão.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL
12ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL – ESPIRITO SANTO
4.3 Cumprimento Pela Instância de Correição da Portaria nº 1.043/2007 da CGU

Atendendo ao que dispõe o subitem 3.5 da Portaria – TCU nº 150, de 3 de julho de 2012, salientamos que os preceitos contidos nos artigos 4º e 5º da Portaria nº 1.043, de 24 de julho de 2007, expedida pela Controladoria-Geral da União – CGU, que tratam dos prazos para inserção de dados no Sistema de Gestão de Processos Disciplinares – CGU-PAD, bem como da integralidade, disponibilidade e confidencialidade das informações registradas, foram integralmente atendidos pela Corregedoria-Geral da Polícia Rodoviária Federal.

5. PROGRAMAÇÃO E EXECUÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

5.1 Informações Sobre Programas do PPA de Responsabilidade da UJ

Os itens 4.1.1 - **Informações Sobre Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ** (*Quadro A.4.1 - Programa de Governo constante do PPA – Temático*) e 4.1.5 **Informações Sobre Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado de Responsabilidade da UJ** (*Quadro A.4.5 – Programa de Governo constante do PPA – de Gestão e Manutenção*), previstos na Portaria TCU nº 150, de 03 de julho de 2012, não se aplicam a este Órgão, haja vista que o DPRF/MJ não possui Programa Temático ou Programa de Gestão, Manutenção e Serviço ao Estado, definidos no PPA (*Lei nº 12.593/2012*) sob sua responsabilidade direta.

5.1.1 Informações Sobre Objetivos Vinculados a Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ

Quadro IV - Objetivos de programa temático de responsabilidade da UJ

Identificação do Objetivo	
Código	0825
Descrição	Aprimorar o combate à criminalidade, com ênfase em medidas de prevenção, assistência, repressão e fortalecimento das ações integradas para superação do tráfico de pessoas, drogas, armas, lavagem de dinheiro e corrupção, enfrentamento de ilícitos característicos da região de fronteira e na intensificação da fiscalização do fluxo migratório.
Programa	2070 - SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL
12ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL – ESPIRITO SANTO**

Órgão Responsável		MINISTÉRIO DA JUSTIÇA - MJ				
Execução Orçamentária e Financeira do Objetivo (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
0,00	0,00	75.783,19	75.783,19	0,00	0,00	75.783,19
Metas do Exercício						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Programar ações de repressão à criminalidade nas fronteiras do Brasil, em atendimento às Ordens de Serviço emanadas da CGO/DPRF,	Operação	Prejudicado	Operações realizadas com sucesso.	**	**
2	Programar ações de repressão à criminalidade nas fronteiras do Brasil, em atendimento às Ordens de Serviço emanadas da DCC/DPRF.	Operação	Prejudicado	Operações realizadas com sucesso.	**	**

NOTA: O PPA 2012-2015 não contemplou em sua estrutura a fragmentação da meta prevista para todo o período, razão pela qual o preenchimento de alguns campos da coluna referente à Meta Física prevista para o exercício 2012 restou prejudicado.

** Quanto aos valores a serem contemplados na coluna “Meta Financeira”, quando existente, diante da especificidade da matéria, informamos que tais dados estão discriminados de forma segura em campo próprio dos quadros detalhadores de cada uma das Ações executadas pelo UJ.

Análise Crítica:

Fonte:CGO - EPE/DPRF, SPF/12ªSRPRF, SIAFI/2012.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL
12ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL – ESPIRITO SANTO

Fiscalização de Pessoas: a PRF atuou de forma efetiva e contínua na fiscalização de pessoas nas rodovias federais. Foram fiscalizados condutores de veículos e passageiros de ônibus, criminosos foragidos da justiça e com mandado de prisão em aberto foram detidos, conforme detalhamento a seguir.

RELATÓRIO DE OPERAÇÕES - 2012			
OPERAÇÃO	OBJETIVO	PERÍODO	RESULTADO
Sentinela (aditamento 06)	Programar ações de repressão à criminalidade nas fronteiras do Brasil, de acordo com a Ordem de Serviço 008/2012 – CGO / Aditamento 06.	30/03/2012 a 29/04/2012	Apoio realizado com sucesso.
Convocação da DCC	Em atendimento a convocação do DCC, planejar operação temática no estado do Amapá para implantação do TCO.	09/04 a 13/04/2012	Atividade Realizada
Convocação da DCC/Foz do Iguaçu	Estabelecer diretrizes de trabalho do Grupo de Operações com Cães – GOC para o ano de 2012.	22/04 a 27/04/2012	Atividade Realizada
Convocação da DCC/Foz do Iguaçu	Estabelecer diretrizes de trabalho do Grupo de Operações com Cães – GOC para o ano de 2012.	16/04 a 19/04/2012	Atividade Realizada
Sentinela (aditamento 12)	Programar ações de repressão à criminalidade nas fronteiras do Brasil, de acordo com a Ordem de Serviço 008/2012 – CGO / Aditamento 12.	05/05/2012 a 04/06/2012	-Apreensão de madeira em desacordo com a guia florestal; -12 detidos; -01 CRLV adulterado apreendido; -03 Veículo recuperado; -290kg de pescado; -02 revólver calibre 38; -05 espingardas; -43 munições; -44 veículos apreendidos; -12,5kg de cocaína;
Implantação TCO RS	Em atendimento a convocação do DCC, operacionalizar operação temática no estado do Rio	02/09 a 07/09/2012	- Atividade realizada com sucesso.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL
12ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL – ESPIRITO SANTO

	Grande do Sul para implantação do TCO.		
Otenarco-MS	Convocação de efetivo, conforme OS 094/2012 – CGO, do NOE/ES para realização de ações de combate à circulação de drogas ilícitas nas rodovias federais das circunscrições da 3ª SRPRF/MS e da 7ª SRPRF/PR.	21/08 a 03/09/2012	- 10 AIs
Sentinela (Aditamento 25)	Desenvolver ações de repressão à criminalidade nas regiões fronteiras do Brasil, de acordo com a Ordem de Serviço 008/2012 – CGO / Aditamento 25.	07/11 a 02/12/2012	- Apreensão de diversos eletrônicos e mercadorias descaminhadas; - 1 arma de fogo apreendida; - 14 Ais; - 03 CNH recolhida; - 01 veículo apreendido; - 01 CRLV recolhido; - 04 pessoas detidas;
Sentinela (Aditamento 28)	Desenvolver ações de repressão à criminalidade nas regiões fronteiras do Brasil, de acordo com a Ordem de Serviço 008/2012 – CGO / Aditamento 28.	05/12/2012 a 19/12/2012	- 9,34 kg de maconha apreendidos; - 03 veículos recuperados; - 04 detidos; - 07 Ais; - Diversos eletrônicos frutos de descaminho apreendidos; - 02 CRLVs recolhidos;

Identificação do Objetivo	
Código	0830
Descrição	Propiciar a atuação de excelência dos órgãos de segurança pública da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, assim como de outras instituições, com ênfase no aprimoramento de suas estruturas físicas, organizacionais e modelos de gestão, do desenvolvimento de sistemas de informação e bancos de dados, do fortalecimento da atividade de inteligência e reestruturação e modernização do sistema de produção da prova



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL
12ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL – ESPIRITO SANTO

	material.					
Programa	2070 - SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA					
Órgão Responsável	MINISTÉRIO DA JUSTIÇA - MJ					
Execução Orçamentária e Financeira do Objetivo (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
0,00	0,00	1.428.590,39	1.192.268,46	0,00	236.321,93	1.192.268,46
Metas do Exercício						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Realizar ações de capacitação dos servidores da 12ª SRPRF/ES, de modo a ajustar as competências institucionais, qualificando 85% dos servidores com no mínimo 30 horas aula de capacitação anual.	Unidade	Prejudicado	Em fase de Planejamento	**	**
2	Reformar as unidades operacionais de apoio ao policiamento rodoviário federal da Polícia Rodoviária Federal.	Unidade	Prejudicado	Em fase de Planejamento	**	**



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODoviÁRIA FEDERAL
12ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL – ESPIRITO SANTO

NOTA: O PPA 2012-2015 não contemplou em sua estrutura a fragmentação da meta prevista para todo o período, razão pela qual o preenchimento de alguns campos da coluna referente à Meta Física prevista para o exercício 2012 restou prejudicado.

** Quanto aos valores a serem contemplados na coluna “Meta Financeira”, quando existente, diante da especificidade da matéria, informamos que tais dados estão discriminados de forma segura em campo próprio dos quadros detalhadores de cada uma das Ações executadas pelo UJ.

Análise Crítica:

Fonte:CGO - EPE/DPRF, SPF/12ªSRPRF, SIAFI/2012.

Identificação do Objetivo						
Código	0833					
Descrição	Fortalecer a segurança viária e a educação para o trânsito, ampliando a capacidade de policiamento, monitoramento e fiscalização nas rodovias federais e integrando ações relacionadas à temática					
Programa	2070 - SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA					
Órgão Responsável	MINISTÉRIO DA JUSTIÇA - MJ					
Execução Orçamentária e Financeira do Objetivo (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
0,00	0,00	951.463,00	833.186,00	0,00	118.277,00	833.186,00
Metas do Exercício						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Ampliar as ações de educação para o trânsito.	Unidade	Prejudicado	Em fase de Planejamento	**	**
2	Ampliar o número de fiscalizações de veículos nas rodovias federais.	Unidade	Prejudicado	Em fase de Planejamento	**	**



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL
12ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL – ESPIRITO SANTO

3	Ampliar o número de procedimentos de fiscalização de alcoolemia.	Unidade	Prejudicado	Em fase de Planejamento	**	**
---	--	---------	-------------	-------------------------	----	----

5.1.2 Informações Sobre Iniciativas Vinculadas a Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ

Quadro V- iniciativas de programa temático de responsabilidade da UJ

Identificação da Iniciativa						
Código	03DO					
Descrição	Implementação da Estratégia Nacional de Segurança Pública nas Fronteiras para o monitoramento das regiões fronteiriças e Amazônia Legal, bem como para a ampliação da presença dos órgãos de segurança pública e outras instituições nessas regiões					
Objetivo	0825 - Aprimorar o combate à criminalidade, com ênfase em medidas de prevenção, assistência, repressão e fortalecimento das ações integradas para superação do tráfico de pessoas, drogas, armas, lavagem de dinheiro e corrupção, enfrentamento de ilícitos característicos da região de fronteira e na intensificação da fiscalização do fluxo migratório.					
Órgão ou Unidade Responsável	MINISTÉRIO DA JUSTIÇA - MJ					
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
0,00	0,00	75.783,19	75.783,19	0,00	0,00	75.783,19
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Operação apoiada	Unidade	NI	9	Não Informada	75.783,19



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL
12ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL – ESPIRITO SANTO

NOTA: As iniciativas não possuem metas no PPA, somente os objetivos. No caso concreto, a meta informada refere-se à ação **20IC** – ESTRATÉGIA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA NAS FRONTEIRAS – ENAFRON, única ação orçamentária da iniciativa **03DO**.

Identificação da Iniciativa						
Código	03DW					
Descrição	Aprimorar as ações de investigação e operações de inteligência policial					
Objetivo	0830 - Propiciar a atuação de excelência dos órgãos de segurança pública da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, assim como de outras instituições, com ênfase no aprimoramento de suas estruturas físicas, organizacionais e modelos de gestão, do desenvolvimento de sistemas de informação e bancos de dados, do fortalecimento da atividade de inteligência e reestruturação e modernização do sistema de produção da prova material.					
Órgão ou Unidade Responsável	MINISTÉRIO DA JUSTIÇA - MJ					
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
0,00	0,00	7.141,22	7.141,22	0,00	0,00	7.141,22
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Operação realizada	Unidade	NI	-	Não Informada	7.141,22

NOTA: As iniciativas não possuem metas no PPA, somente os objetivos. No caso concreto, a meta informada refere-se à ação **2816** – SERVIÇO DE INTELIGÊNCIA DA POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL. única ação orçamentária da iniciativa **03DW**.

Identificação da Iniciativa



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL
12ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL – ESPIRITO SANTO

Código		03DY				
Descrição		Fortalecimento, seleção, formação, capacitação e valorização do quadro de servidores das polícias da União				
Objetivo		0830 - Propiciar a atuação de excelência dos órgãos de segurança pública da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, assim como de outras instituições, com ênfase no aprimoramento de suas estruturas físicas, organizacionais e modelos de gestão, do desenvolvimento de sistemas de informação e bancos de dados, do fortalecimento da atividade de inteligência e reestruturação e modernização do sistema de produção da prova material.				
Órgão ou Unidade Responsável		MINISTÉRIO DA JUSTIÇA - MJ				
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
0,00	0,00	27.464,85	27.464,85	0,00	0,00	27.464,85
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Servidor capacitado	Unidade	NI	5.125	Não Informada	27.464,85

NOTA: As iniciativas não possuem metas no PPA, somente os objetivos. No caso concreto, a meta informada refere-se à ação **2524 – CAPACITAÇÃO DOS SERVIDORES DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL**, única ação orçamentária da iniciativa **03DY**.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL
12ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL – ESPIRITO SANTO

Identificação da Iniciativa						
Código	03E1					
Descrição	Provimento de infraestrutura adequada para os órgãos policiais da União e promoção da atualização tecnológica, aparelhamento e manutenção das soluções implementadas					
Objetivo	0830 - Propiciar a atuação de excelência dos órgãos de segurança pública da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, assim como de outras instituições, com ênfase no aprimoramento de suas estruturas físicas, organizacionais e modelos de gestão, do desenvolvimento de sistemas de informação e bancos de dados, do fortalecimento da atividade de inteligência e reestruturação e modernização do sistema de produção da prova material.					
Órgão ou Unidade Responsável	MINISTÉRIO DA JUSTIÇA - MJ					
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
0,00	0,00	442.521,32	324.476,39	0,00	118.044,93	324.476,39
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
-----	Não se aplica	-----	-----	-----	-----	-----

NOTA: As iniciativas não possuem metas no PPA, somente os objetivos.

Identificação da Iniciativa	
Código	03EH
Descrição	Fortalecimento da capacidade de enfrentamento à violência no trânsito, no âmbito das rodovias federais, por meio do aprimoramento das ações de fiscalização e educação para o trânsito,



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL
12ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL – ESPIRITO SANTO

	envolvendo o cidadão e outras organizações da sociedade civil, visando à mudança de comportamento em busca de um trânsito mais seguro					
Objetivo	0833 - Fortalecer a segurança viária e a educação para o trânsito, ampliando a capacidade de policiamento, monitoramento e fiscalização nas rodovias federais e integrando ações relacionadas à temática.					
Órgão ou Unidade Responsável	MINISTÉRIO DA JUSTIÇA - MJ					
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
0,00	0,00	951.463,00	833.186,00	0,00	118.277,00	833.186,00
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
-----	Não se aplica	-----	-----	-----	-----	-----

NOTA: As iniciativas não possuem metas no PPA, somente os objetivos.

5.1.3 Informações Sobre Ações de Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ

Quadro VI - Ações vinculadas a programa temático de responsabilidade da UJ

Identificação da Ação	
Código	20IC
Descrição	ESTRATÉGIA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA NAS FRONTEIRAS - ENAFRON
Iniciativa	03DO - Implementação da Estratégia Nacional de Segurança Pública nas Fronteiras para o monitoramento das regiões fronteiriças e Amazônia Legal, bem como para a ampliação da



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL
12ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL – ESPIRITO SANTO

		presença dos órgãos de segurança pública e outras instituições nessas regiões				
Unidade Responsável		DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL – DPRF/MJ				
Unidade Orçamentária		DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL – DPRF/MJ				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
0,00	0,00	75.783,19	75.783,19	0,00	0,00	75.783,19
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Operação Apoiada	unidade	NI	01	Não Informada	75.783,19

Análise Crítica:

Fonte: CGO/DPRF

A Operação Sentinela é realizada em todos os estados fronteiriços, de janeiro a dezembro, através da mobilização do efetivo de outros estados para as regiões de fronteira. Em 2012, em média, foram mobilizados mensalmente 180 policiais especializados no combate à criminalidade.

Identificação da Ação	
Código	2524
Descrição	CAPACITAÇÃO DOS SERVIDORES DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL
Iniciativa	03DY - Fortalecimento, seleção, formação, capacitação e valorização do quadro de servidores das polícias da União
Unidade Responsável	DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL – DPRF/MJ
Unidade Orçamentária	DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL – DPRF/MJ



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODoviÁRIA FEDERAL
12ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL – ESPIRITO SANTO

Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
0,00	0,00	27.464,85	27.464,85	0,00	0,00	27.464,85
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Servidor capacitado	Unidade	-	-	Não Informada	27.464,85

Análise Crítica:

Fonte: COEN/DPRF

Considerando as dificuldades encontradas no exercício 2012, tais como a falta de instalações próprias e de um sistema de gerenciamento de dados de ensino, além da demanda relacionada à realização do Curso de Capacitação Profissional, proveniente da retomada judicial do Concurso de 2009, a quantidade de servidores capacitados ficou apenas 19% abaixo do previsto, assim como a execução financeira ficou apenas 9% abaixo do previsto. Portanto, não vislumbramos impactos relevantes na consecução dos objetivos, já que traçamos estratégias para mitigar o não cumprimento das metas para os próximos exercícios.

As principais dificuldades encontradas para a realização dos objetivos traçados foram a falta de instalações próprias, de recursos humanos alocados em quantitativo suficiente para atendimento das demandas e de um sistema de gerenciamento de dados de ensino, além da demanda relacionada à realização do Curso de Capacitação Profissional, proveniente da retomada judicial do Concurso de 2009, que direcionou todos os esforços na área de capacitação no sentido de formar os novos policiais.

Com a segregação da atividade de educação de trânsito para a Coordenação-Geral de Operações, a construção da Academia Nacional de Polícia Rodoviária Federal, o estabelecimento de diretrizes prioritárias administrativas, do mapeamento de competências institucionais e, sequencialmente, do Plano Anual de Ensino e do Sistema de Gerenciamento de Dados de Ensino, bem como a



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL
12ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL – ESPIRITO SANTO

alocação de recursos humanos, temos expectativa de aprimorarmos o desenvolvimento de nossa missão institucional, visando à excelência profissional de cada servidor do Departamento de Polícia Rodoviária Federal.

Identificação da Ação						
Código	2723					
Descrição	POLICIAMENTO OSTENSIVO NAS RODOVIAS E ESTRADAS FEDERAIS					
Iniciativa	03EH - Fortalecimento da capacidade de enfrentamento à violência no trânsito, no âmbito das rodovias federais, por meio do aprimoramento das ações de fiscalização e educação para o trânsito, envolvendo o cidadão e outras organizações da sociedade civil, visando à mudança de comportamento em busca de um trânsito mais seguro.					
Unidade Responsável	DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL – DPRF/MJ					
Unidade Orçamentária	DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL – DPRF/MJ					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
0,00	0,00	951.463,00	833.186,00	0,00	118.277,00	833.186,00
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Procedimento realizado	Unidade	-	-	Não Informada	833.186,00

Análise Crítica:

Fonte: CGO/DPRF



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL
12ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL – ESPIRITO SANTO

Em 2012 todas as grandes operações nacionais foram planejadas com ambiciosas metas regionais de fiscalização de pessoas e veículos. Durante estas operações, as metas foram acompanhadas diariamente e cobradas o seu cumprimento de todos os gestores responsáveis. Foram dadas ênfase à fiscalização de alcoolemia, ultrapassagem proibida e excesso de velocidade, o que redundou em diminuição dos acidentes e mortes comparando 2012 e 2011, tanto em números absolutos como em números relativos levando-se em conta o aumento da frota nacional, conforme tabela abaixo:

RESULTADOS FINALÍSTICOS DE TRÂNSITO		
	2011	2012
<i>Quantidade de Acidentes</i>	192.303	184.375
<i>Quantidade de Mortos</i>	8.669	8.659
<i>Frota Nacional de Veículos</i>	70.543.530	76.137.191
<i>Taxa de Acidentes</i>	2.726	2.421
<i>Taxa de Mortalidade</i>	122	113
<i>% Redução de Acidentes - Números Absolutos</i>		-4,12%
<i>% Redução de Mortos - Números Absolutos</i>		-0,12%
<i>Varição da Taxa de Acidentes</i>		-11,19%
<i>Varição da Taxa de Mortalidade</i>		-7,38%

Informações sobre os resultados alcançados				
Ordem	Indicador (Unidade)	Referência	Índice previsto	Índice atingido no



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL
12ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL – ESPIRITO SANTO

	medida)	Data	Índice inicial	Índice final	no exercício	exercício
1	Taxa de Variação de Acidentes nas Rodovias Federais (Unidade)	31/12/12		101,08	108,88	101,08
Fórmula de Cálculo do Índice						
Número de acidentes ocorridos nas estradas federais do Espírito Santo no ano por 1.000.000 de veículos da frota nacional (76.137.191 veículos).						
Análise do Resultado Alcançado						
Em referência ao atingimento da meta estabelecida, tecemos as seguintes considerações acerca dos fatores contribuintes: <ul style="list-style-type: none">- Aprimoramento do cartão-programa das equipes policiais, as quais, com base em levantamentos estatísticos dos pontos com maiores índices de gravidade, fiscalizam e se fazem presentes com maior frequência nos trechos mais problemáticos (em relação a sinistros de trânsito) das BR's capixabas;- Incremento nos procedimentos de fiscalização (pessoas, veículos e testes de alcoolemia) e de comandos específicos (embriaguez, velocidade, ultrapassagens e motocicletas) e direcionamento das fiscalizações conforme levantamentos estatísticos;- Embora tenha havido redução na fiscalização eletrônica (radar) por parte da PRF, uma vez que os dois equipamentos disponíveis encontravam-se, na maior parte do ano, defeituosos e com negativa de manutenção por parte da AGU (alto custo), o incremento da instalação de radares fixos e de sensores de avanço pelo DNIT contribuiu para a melhoria do índice;						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
2	Taxa de Mortalidade nas Rodovias Federais (Unidade)	31/12/12		3,44	4,94	3,44
Fórmula de Cálculo do Índice						
Número de mortes ocorridas em acidentes de trânsito nas rodovias federais no Espírito Santo no ano relativo à 1.000.000 de veículos da frota nacional (76.137.191 veículos).						
Análise do Resultado Alcançado						
Em referência ao atingimento da meta estabelecida, tecemos as seguintes considerações acerca dos fatores contribuintes: <ul style="list-style-type: none">- Houve uma melhora significativa nos índices de taxa de mortalidade em relação ao ano anterior, isso fruto de um						



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL
12ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL – ESPIRITO SANTO

maior direcionamento das equipes de fiscalização àqueles pontos com maiores índices de gravidade segundo análise estatística dos boletins de ocorrência registrados no ano de 2011.

- Incremento nos procedimentos de fiscalização (pessoas, veículos e testes de alcoolemia) e de comandos específicos (embriaguez, velocidade, ultrapassagens e motocicletas) e direcionamento das fiscalizações conforme levantamentos estatísticos;

- Embora tenha havido redução na fiscalização eletrônica (radar) por parte da PRF, uma vez que os dois equipamentos disponíveis encontravam-se, na maior parte do ano, defeituosos e com negativa de manutenção por parte da AGU (alto custo), o incremento da instalação de radares fixos e de sensores de avanço pelo DNIT contribuiu para a melhoria do índice;

- Melhoria na malha viária das rodovias federais, com adequação de entroncamentos rodoviários perigosos.

Entretanto, alguns desafios, para uma redução mais consistente, se apresentam, quais sejam:

- Crescimento do PIB do Estado do Espírito Santo na faixa de 10% ao ano, gerando um fluxo intenso de veículos, principalmente veículos de cargas;

- Crescimento exagerado da frota de motocicletas e seu conseqüente envolvimento em acidentes;

- A grande quantidade de trechos rodoviários de pista simples, com curvas perigosas e sem local adequado para ultrapassagens e com acostamento em desnível contribui, conjuntamente com o fluxo intenso de veículos em velocidade excessiva, para a ocorrência de acidentes de grandes proporções;

- Demora na conclusão das obras na região do contorno de vitória. O Local é cercado por bairros carentes, contribuindo para o alto índice de mortalidade devido a atropelamentos de pedestres e colisões com bicicletas.

- O desrespeito às normas de trânsito, em especial ao uso de álcool, falta de cinto de segurança e ultrapassagens indevidas contribui para o agravamento das conseqüências dos acidentes.

Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
3	Sensação de Segurança (%)		-	-	-	-

Fórmula de Cálculo do Índice

Percentual de pessoas que se sentem seguras/ total da amostra.

Análise do Resultado Alcançado

No exercício de 2012 não foi possível efetuar a pesquisa com os usuários de rodovias federais para mensuração do indicador.

Fonte: SIAFI 2012

As atividades desta Ação são finalística, depende de operações que envolve

Página 57 de 108 /SAF-GAAF - ehsf

Missão Institucional: Preservar a vida e promover a paz pública com segurança cidadã.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL
12ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL – ESPIRITO SANTO

exclusivamente a ação do Policial Rodoviário Federal. As ações são prejudicadas pela redução gradativa do efetivo a cada exercício e a indisponibilidade de recursos suficiente para atender as demandas. Entretanto, diante de esforço de todos os envolvidos no processo houve um direcionamento dos recursos e atividades para a fiscalização focada na redução de acidentes, bem como trabalhos de conscientização e divulgação na Imprensa, mídias sociais e através de palestras em escolas. Como consequência logramos sucesso no cumprimento das metas programadas.

DA EXECUÇÃO DA AÇÃO 2723 – Policiamento ostensivo nas rodovias e estradas federais

RELATÓRIO DE OPERAÇÕES - 2012			
OPERAÇÃO	OBJETIVO	PERÍODO	RESULTADO
Combate aos Crimes Ambientais	Executar ações de fiscalização na BR 101, região sul do ES para combate aos crimes ambientais.	10/01/2012 a 13/01/2012	- Foram apreendidos 03 veículos; - Foram presas 02 pessoas e apreendidas 02 CNH's. - Notificações extraídas pela equipe: 132
Recebimento de VTR	Convocação de efetivo para recebimento de viatura para o NOE/ES em Brasília / DF.	29/01/2012 a 31/01/2012	- VTR Nissan Frontier de placa JHG-6332 recebida na Sede da 12ª SR em 31/01.
Apoio SESP-ES	Programar ações de acompanhamento, apoio e força policial na ação da Polícia Civil do ES, em combate ao crime organizado no município de Presidente Kennedy, região sul do ES, de acordo com Ofício 027/2012 – SPI / PCES.	26/01/2012 a 27/01/2012	- Apreensão de uma espingarda no calibre .22 com 5 munições intactas; - Apreensão de veículo com numeração do motor adulterada.
Operação Reforço Bahia	Executar reforço de policiamento nas rodovias federais do Estado da Bahia, conforme OS 024/2012 - CGO.	06/02/2012 a 14/02/2012	- Durante a operação foram confeccionados 301 autos de infração, e apreendido um veículo.
Operação Apoio RJ	Executar reforço de policiamento nas rodovias federais do Estado do Rio de Janeiro, conforme OS	09/02/2012 a 17/02/2012	- 474 autos de infração lavrados; - 2 veículos apreendidos; - 3 pessoas detidas.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL
12ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL – ESPIRITO SANTO

	026/2012 - CGO.		
Operação Carnaval	Intensificar a fiscalização aos veículos que realizam transporte de passageiros em todo território nacional, aumentando a sensação de segurança dos passageiros, não só quanto à criminalidade, mas principalmente quanto aos requisitos necessários para o transporte seja realizado por empresas cadastradas junto a ANTT.	16 a 18/02/2012 e 21 a 24/02/2012	- 84 veículos de transporte de passageiros fiscalizados com extração de 42 autos de ingração da ANTT; - Transbordo de 12 ônibus.
Operação Siroco	Intensificar fiscalização de veículos provenientes dos municípios de Pedro Canario e Pinheiros, com objetivo de interceptar fugitivos da região.	06/03/2012 a 07/03/2012	- 62 autos de infração lavrados; - 2 veículos retidos e 1 pessoa detida.
Otenarco	<p>– Coibir a circulação de drogas ilícitas no Brasil, advindas de outros Estados através de rodovias federais de circunscrição da 12ª SRPRF/ES.</p> <p>– Estimular o desenvolvimento de técnicas no enfrentamento ao narcotráfico entre os servidores do Departamento de Polícia Rodoviária Federal, aproveitando da experiência dos servidores de outras regionais e da própria 12ª SRPRF/ES.</p> <p>– Fomentar o interesse para esse tipo específico de policiamento por meio da troca de experiências entre os policiais rodoviários federais envolvidos nas atividades e por sua vez propiciar o intercâmbio de conhecimentos que</p>	13/03/2012 e 23/03/2012	- 93 autos de infração lavrados; - 35,3 Kg de maconha apreendidos; - 52,7 Kg de cocaína apreendidos; - 2,45 Kg de haxixe; - 23 unidades de ecstase; - 4 veículos recuperados; - 28 pessoas detidas; - 4 armas apreendidas com 54 munições; - 1272 unidades de CD's apreendidos por contrafação; - 8 eletrônicos apreendidos; - 3 documentos falsos; - 2 menores apreendidos; - 7 veículos retidos.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL
12ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL – ESPIRITO SANTO

	facilitem a identificação desse tipo de delito.		
Apoio ao MTE	Escortar auditores do MTE em fiscalização na cidade Sooretama/ES.	14/03/2012	- 6 empresas fiscalizadas; - 41 autuações do CTB.
Sentinela (aditamento 06)	Programar ações de repressão à criminalidade nas fronteiras do Brasil, de acordo com a Ordem de Serviço 008/2012 – CGO / Aditamento 06.	30/03/2012 a 29/04/2012	Apoio realizado com sucesso.
Combate a Criminalidade no Sul do Espírito Santo.	Intensificar fiscalização de veículos provenientes do norte fluminense, com ênfase ao combate ao narcotráfico e apoio a delegacia de Safra/ES.	28 a 29/03/2012	- 48 AI's lavrados; - 3 AI's da ANTT; - 1 veículo retido; - 1 registro de acidente.
Escolta - SDH	Programar ações de apoio referentes ao acordo de cooperação técnica entre o DPRF e a SDH - Secretaria de Direitos Humanos, em atendimento à solicitação do PPCAAM/ES.	04/04/2012	Escolta realizada com sucesso.
Convocação da DCC	Em atendimento a convocação do DCC, planejar operação temática no estado do Amapá para implantação do TCO.	09/04 a 13/04/2012	Atividade Realizada
Convocação da DCC/Foz do Iguaçu	Estabelecer diretrizes de trabalho do Grupo de Operações com Cães – GOC para o ano de 2012.	22/04 a 27/04/2012	Atividade Realizada
Convocação da DCC/Foz do Iguaçu	Estabelecer diretrizes de trabalho do Grupo de Operações com Cães – GOC para o ano de 2012.	16/04 a 19/04/2012	Atividade Realizada
Sentinela (aditamento 12)	Programar ações de repressão à criminalidade nas fronteiras do Brasil, de acordo com a Ordem de Serviço 008/2012 – CGO /	05/05/2012 a 04/06/2012	-Apreensão de madeira em desacordo com a guia florestal; -12 detidos; -01 CRLV adulterado



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL
12ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL – ESPIRITO SANTO

	Aditamento 12.		apreendido; -03 Veículo recuperado; -290kg de pescado; -02 revolver calibre 38; -05 espingardas; -43 munições; -44 veículos apreendidos; -12,5kg de cocaína;
Dia do Trabalho	Reforço e ações de policiamento e fiscalização de trânsito durante a operação Dia do Trabalho 2012.	27/04 e 01/05	Atividade de supervisão realizada com sucesso.
Combate ao tráfico de drogas no Sul do ES. Operação Changrilá.	Executar AÇÕES DE REPRESSÃO ao consumo de drogas ilícitas por caminhoneiros nas estradas federais do Estado do Espírito Santo .	02 a 03/05/2012	- 345gramas de maconha; - 06 pessoas detidas;
Combate ao tráfico de drogas no Norte do ES. Colatina.	Executar, baseado em informações do Núcleo de Inteligência - NUIT/ES ações de combate à criminalidade voltada ao tráfico de drogas na região norte do Espírito Santo.	07/05/2012 a 08/05/2012	-21,45 kg de pasta base de cocaína; -60kg de maconha; -1,1kg de haxixe; -04 pessoas detidas; -01 CNH falsa apreendida
Rio +20	Implementar ações de mobilidade urbana, fiscalização e criminalidade na região metropolitana e nas divisas do Estado do Rio de Janeiro, em atendimento e segundo OS 058/2012/CGO, e implementar ações operacionais para a 12ª SRPRF/DPRF/MJ visando, principalmente, à efetividade das atividades nas rodovias federais do ES.	01/06 a 30/06/2012	-04 kg de pasta base de cocaína; -01kg de crack; -500 gramas de maconha; -55 gramas de haxixe; -40 munições; -03 pessoas detidas; -190 Ais -06 veículos apreendidos; -02 CNHs recolhidas;
Recebimento de VTR's	Convocação de efetivo para recebimento de viatura para o DPRF em São Paulo / SP.	18/05/2012 a 20/05/2012	- Missão realizada com sucesso.
Transporte VTR's para o RJ.	Convocação de efetivo para deslocamento ao estado do RJ para entrega de viaturas	01 a 02/06/2012	- Atividade executada com sucesso.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL
12ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL – ESPIRITO SANTO

	para COEN.		
Transporte de VTR's para Campos/RJ	Convocação de efetivo para deslocamento ao Município de Campos / RJ, para entrega de viaturas para COEN na Delegacia PRF.	06 a 06/06/2012	- Atividade realizada com sucesso.
Recebimento de VTR	Convocação de efetivo para recebimento de duas viaturas para o NOE/ES em Aracruz/ES (oriundas de acordo com MPE).	21/06/2012	Atividade realizada com sucesso.
Entrega de VTR em Brasília.	Convocação de efetivo para deslocamento a Brasília / DF, para entrega de viaturas para COEN, de acordo com Memorando 671/2012/DIDEC.	02 a 04/07/2012	Atividade realizada com sucesso.
Operação Temática de tempo e direção	Realizar comando temático para treinamento e fiscalização do tempo de direção dos motoristas profissionais.	16 a 19/07/2012	Capacitação e planejamento realizados com sucesso.
Recebimento de VTR.	Convocação de efetivo para deslocamento ao Município de Campos / RJ, para recebimento de viatura descaracterizada, patrimônio da 12ª SRPRF/ES, empenhada no evento RIO+20.	24 a 24/07/2012	Atividade realizada com sucesso.
Operação Jornada Legal	Convocação de efetivo para, em conjunto com Ministério Público do Trabalho (MPT/ES), executar ação educativa e de fiscalização dos efeitos da Lei 12619/2012, reguladora e disciplinadora da jornada de trabalho e do tempo de direção do motorista profissional, no âmbito da 12ª SRPRF/ES.	25 a 26/07/2012	- 99 veículos abordados; - 11 Ais; - 02 Veículos retidos; - 105 pessoas atingidas na palestra;
Escolta Ministra SDH	Convocação de efetivo especializado em escolta de	30 a 31/07/2012	- Atividade realizada com sucesso.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL
12ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL – ESPIRITO SANTO

	autoridades para deslocamento de Comitiva composta pela Ministra de Estado Chefe da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República e 2 (dois) assessores em cumprimento a agenda oficial na cidade de Aracruz/ ES.		
Implantação TCO RS	Em atendimento a convocação do DCC, operacionalizar operação temática no estado do Rio Grande do Sul para implantação do TCO.	02/09 a 07/09/2012	- Atividade realizada com sucesso.
Otenarco-MS	Convocação de efetivo, conforme OS 094/2012 – CGO, do NOE/ES para realização de ações de combate à circulação de drogas ilícitas nas rodovias federais das circunscrições da 3ª SRPRF/MS e da 7ª SRPRF/PR.	21/08 a 03/09/2012	- 10 AIs
Busca de VTR e equipamentos.	Convocação de efetivo para deslocamento ao estado do RJ para recebimento de equipamentos e retorno de viatura desta SRPRF, cedida por empréstimo à COEN.	29 a 30/08/2012	Atividade realizada.
Apoio MTE	Executar ações de segurança pública e apoio a Auditores Fiscais do Trabalho em fiscalização a propriedades rurais com denúncias de trabalho análogo à de escravo, em atendimento ao ofício 0623/2012/SEINT.	08 a 09/10/2012	- Atividade realizada com sucesso.
Escolta provas do ENEM	Realizar escolta dos veículos dos Correios, envolvidos no transporte dos cadernos de prova do ENEM-2012, conforme OS 112/2012 – CGO.	20/10/2012 a 21/10/2012	NOE



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL
12ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL – ESPIRITO SANTO

Operação Retomada RJ	Executar reforço de policiamento nas rodovias federais do Estado do Rio de Janeiro, conforme OS 117/2012 - CGO.	11/10/2012 a 16/10/2012	- Atividade realizada com sucesso.
Pesquisa Rodoviária	Apoiar realização de pesquisas rodoviárias no estado de Minas Gerais, garantindo a segurança do trânsito e dos pesquisadores, conforme OS 118/2012 – CGO.	16/10/2012 a 01/11/2012	PRFs Salvador e Márcio
V OCC - SP	Coibir a circulação de ilícitos em rodovias federais na circunscrição da 6ª SRPRF/SP, conforme OS 121/2012 – CGO; Estimular o desenvolvimento de técnicas de enfrentamento ao crime entre os servidores do DPFR;	04/11/2012 a 12/11/2012	- Trabalho em conjunto com a receita federal e com o comando da defesa aeroespacial brasileira realizado com sucesso.
Projeto Controle Estatístico	Promover ações de padronização dos procedimentos e levantamentos estatísticos para um melhor planejamento das atividades operacionais da PRF.	06/11/2012 a 09/11/2012	Atividade realizada com sucesso.
Sentinela (Aditamento 25)	Desenvolver ações de repressão à criminalidade nas regiões fronteiras do Brasil, de acordo com a Ordem de Serviço 008/2012 – CGO / Aditamento 25.	07/11 a 02/12/2012	- Apreensão de diversos eletrônicos e mercadorias descaminhadas; - 1 arma de fogo apreendida; - 14 Ais; - 03 CNH recolhida; - 01 veículo apreendido; - 01 CRLV recolhido; - 04 pessoas detidas;
Combate ao tráfico II - Ibatiba	Executar AÇÕES DE REPRESSÃO ao tráfico de	12 a 13/11/2012	- 235 kg de maconha apreendidos;



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL
12ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL – ESPIRITO SANTO

	drogas ilícitas nas estradas federais do Estado do Espírito Santo .		- 07 pessoas detidas;
Operação Ambientação I	Promover a integração dos policiais recém removidos às rotinas operacionais do Núcleo de Operações Especiais e do Grupo de Operações com Cães da 12ª SRPRF; Executar operação de combate à criminalidade nas regiões metropolitanas do estado do Espírito Santo;	22 e 23/11/12	- 29kg de maconha; - 01 veículo recuperado; - 03 veículos apreendidos; - 15 Ais; - 04 detidos;
Combate ao Narcotráfico nas Divisas II -ES	Executar AÇÕES DE REPRESSÃO ao tráfico de drogas ilícitas nas estradas federais do Estado do Espírito Santo .	18 a 19/11/2012	- 57kg de maconha apreendidos - 01 pessoa detida; - 01 veículo apreendido;
Combate ao Narcotráfico nas Divisas III - ES	Executar AÇÕES DE REPRESSÃO ao tráfico de drogas ilícitas nas estradas federais do Estado do Espírito Santo .	23/11/2012	- 29 kg de maconha apreendidas; - 01 veículo recuperado; - 03 pessoas detidas;
Sentinela (Aditamento 28)	Desenvolver ações de repressão à criminalidade nas regiões fronteiras do Brasil, de acordo com a Ordem de Serviço 008/2012 – CGO / Aditamento 28.	05/12/2012 a 19/12/2012	- 9,34 kg de maconha apreendidos; - 03 veículos recuperados; - 04 detidos; - 07 Ais; - Diversos eletrônicos frutos de descaminho apreendidos; - 02 CRLVs recolhidos;
Operação Bocaina	Apoiar ação de desocupação de áreas invadidas no Parque Nacional da Serra da Bocaina em atendimento à solicitação do ICMBio, de acordo com a Ordem de Serviço 144/2012 – CGO.	10/12/2012 a 15/12/2012	- Escolta para desocupação do parque nacional realizada com sucesso;
Operação Combate ao Narcotráfico IV	Executar AÇÕES DE REPRESSÃO ao tráfico de drogas ilícitas nas estradas federais do Estado do Espírito Santo .	13 a 14/12/2012	- 118kg de maconha; - 02 veículos apreendidos; - 03 pessoas detidas;



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL
12ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL – ESPIRITO SANTO

Combate ao Narcotráfico V	Executar AÇÕES DE REPRESSÃO ao tráfico de drogas ilícitas nas estradas federais do Estado do Espírito Santo.	26 a 29/11/2012	- 01 detido; - 46 multas; - 192 veículos fiscalizados; - 774 pessoas fiscalizadas; - 132 testes de bafômetro;
Operação Top Ten	Executar AÇÕES DE REPRESSÃO ao tráfico de drogas ilícitas nas rodovias federais do Estado do Espírito Santo .	20/12/2012 a 21/12/2012	- Denúncia não confirmada;

RESULTADO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS

Visando atender as metas previstas no programa, a Unidade priorizou a implementação de operações, visando proporcionar uma maior sensação de segurança para a sociedade e diminuir os índices de acidentes, conforme a seguinte apresentação de resultados.

VIOLÊNCIA NO TRÂNSITO	2010	2011	2012
Nº de Acidentes	7828	7952	7696
Nº de Feridos	4010	4076	3895
Nº de Mortes	315	317	262
Nº de acidentes com vítimas fatais	249	263	218
Nº de acidentes com vítimas feridas	2493	2620	2489
Nº de acidentes sem vítima	5086	5069	4989

ATIVIDADES DE FISCALIZAÇÃO	2010	2011	2012
Autos de Infração (sem radar)	43614	43775	37769
Autos de Infração (Radar)*	50638	53801	8302
Autuações por embriaguez	1180	894	978
Total Autos de Infração	94252	97576	46071
Testes de alcoolemia**	-	1491	14632
CNH Recolhidas	1.151	957	1230
Documentos Retidos	3.300	3866	3741
Veículos Retidos	4.795	3639	4275
Veículos Fiscalizados	102.195	78938	104601



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL
12ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL – ESPIRITO SANTO

Animais Recolhidos	79	13	60
Auxílio Usuário	471	197	716
Escolta / Batedor	196	174	319

*A redução na fiscalização eletrônica (radar) deu-se pela inviabilidade de manutenção dos dois equipamentos disponíveis, os quais encontravam-se, na maior parte do ano, defeituosos e com negativa de manutenção por parte da AGU sob alegação de alto custo;

** Em 2010 não havia distinção no ROD (sistema de levantamento estatístico) para pessoas fiscalizadas, testes e prisões por embriaguez.

OCORRÊNCIAS DE APREENSÕES	2010		2011		2012	
	Ocor	Quant	Ocor	Quant	Ocor	Quant
Cocaína	-	19.385 gramas	-	65.978 gramas	-	79.946 gramas
Crack	-	7.910 gramas	-	5.142 gramas	-	1.698 gramas
Maconha	-	86.362 gramas	-	30.684 gramas	-	1.402.247 gramas
Haxixe	-	-	-	9.605 gramas	-	2.670 gramas
Total de Drogas	24	113.657 gramas	36	111.409 gramas	40	1.486.561 gramas
Contrabandos	7	9.050 Unidades	3	4.092 Unidades	3	3.328 Unidades
Armas	32	37 armas	36	43 armas	29	38 Armas
Munições	28	280 Unidades	51	488 Unidades	26	369 Unidades

OUTRAS OCORRENCIAS	2010	2011	2012
Meio Ambiente (qtd ocorrências)	7	3	4
Pessoas Detidas	1.237	1343	1030
Crimes de Trânsito	727	752	494
Crimes Diversos	278	418	381
Crianças/Adolescentes (infratores)	21	17	24
Veículos recuperados	88	85	97

Fonte: Sistemas SIGER/DPRF e ROD online.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL
12ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL – ESPIRITO SANTO

Identificação da Ação						
Código		2816				
Descrição		SERVIÇO DE INTELIGÊNCIA DA POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL				
Iniciativa		03DW - Aprimorar as ações de investigação e operações de inteligência policial				
Unidade Responsável		DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL – DPRF/MJ				
Unidade Orçamentária		DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL – DPRF/MJ				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
0,00	0,00	7.141,22	7.141,22	0,00	0,00	7.141,22
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Operação realizada	Unidade	-	-	NI	7.141,22

Análise Crítica:

Fonte: DOINT/COINT

Diante do objetivo precípuo da Coordenação de Inteligência de assessorar a Diretora Geral, Superintendentes e Chefes de Distrito no processo decisório com a confecção de mais de 1.500 relatórios de inteligência e no planejamento de operações de Inteligência superando 360 operações realizadas em todo o território nacional, proporcionando o desempenho mais eficaz da atividade de policiamento ostensivo para a obtenção de resultados que melhoraram, no exercício passado, o desempenho institucional de toda a PRF.

Dentre os problemas encontrados que prejudicaram de certa forma a execução do programa anual de Inteligência está o contingenciamento, que apresentou limites financeiros que impediram pagamento de despesas empenhadas, acarretando inscrição em restos a pagar.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL
12ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL – ESPIRITO SANTO

A meta de operações pra a PRF no ano de 2012 era 54, contudo, para assessorar os gestores no processo decisório através da busca do dado negado e da produção de conhecimento são necessárias inúmeras operações que atendem não somente à necessidade de conhecer do gestor, bem como ao princípio da oportunidade, redundando, assim, nas 360 operações de Inteligência do exercício passado.

Identificação da Ação						
Código		8698				
Descrição		MANUTENÇÃO E MODERNIZAÇÃO DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO				
Iniciativa		03E1 - Provimento de infraestrutura adequada para os órgãos policiais da União e promoção da atualização tecnológica, aparelhamento e manutenção das soluções implementadas				
Unidade Responsável		DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL – DPRF/MJ				
Unidade Orçamentária		DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL – DPRF/MJ				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
0,00	0,00	442.521,32	324.476,39	0,00	118.044,93	324.476,39
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Sistema mantido	Percentual de manutenção	-	-	-	324.476,39

Análise Crítica:

Fonte: CGPLAM

Vislumbrando a diretriz de melhoria dos processos de administração e gerenciamento, a CGPLAM, no ano de 2012, realizou grandes aquisições, entre elas: a aquisição do sistema de Rádio Digital com capilaridade em todo o território nacional; contratou um sistema para o Monitoramento de Viaturas com a utilização em mais de 2.000 veículos permitindo uma



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL
12ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL – ESPIRITO SANTO

maior visualização dos posicionamentos de nossas equipes e possibilitando uma diminuição do tempo de resposta no atendimento de ocorrências de acidentes/crimes.

Para as comunicações internas de nossas regionais a Coordenação tem trabalhado na melhoria do sistema de telefonia via protocolo IP (VoIP), sistema que nos possibilita uma maior integração com baixo custo, otimizando este tipo de contato entre os servidores.

No âmbito da comunicação entre servidores do DPRF fora das sedes administrativas a Coordenação realizou a contratação de Empresa Telefonia Móvel Nacional permitindo assim uma maior comunicação entre os servidores, inclusive fora de suas regionais de lotação a um custo menor.

Quanto à manutenção dos sistemas de informação, 80% foram mantidos e modernizados através da administração de contratos de assessoria técnica, de desenvolvimento de aplicações, de teste e qualidade e de administração de dados, bem como pela definição de um processo de desenvolvimento de software eficiente, propiciando o efetivo funcionamento, sem interrupções dos sistemas a fim de proporcionar à sociedade e ao efetivo da Polícia Rodoviária Federal o acesso contínuo e otimizado aos serviços e informações sobre rodovias, multas, servidores, por meio da internet, correio eletrônico e outros meios disponíveis.

Na área do desenvolvimento de sistemas a Coordenação implementou e evoluiu alguns sistemas, com destaque para o Sistema Nacional de Remoções – SISNAR, em que a administração passou a demonstrar os critérios utilizados nas remoções dando maior transparência para a realização de remoções e permutas de servidores. Foi desenvolvido o Sistema INFOCONV com o objetivo de maximizar a realização de consultas nas bases de dados da Receita Federal - CPF e CNPJ.

Para a área administrativa encontra-se em fase final de implantação o Sistema Integrado de Patrimônio, Administração e Contratos - SIPAC, que integrará os sistemas de gestão administrativa de modo a tornar os processos da área meio mais eficazes e efetivos. E com intuito de monitorar as ações estratégicas da instituição foram realizadas ainda melhorias no Sistema de Informações Gerenciais – SIGER, com a implementação de novos módulos, entre eles: Indicadores de Desempenho e o Sinivem.

Suprindo a necessidade de otimização da infraestrutura de TI, da PRF, foram adquiridas unidades de armazenamento de grandes volumes de dados e servidores de grande porte de modo a tornar os serviços prestados pela área de tecnologia mais efetivos. Foram realizados ainda, aditivos contratuais no intuito de aumentar os links de transmissão de dados. Houve ainda no ano de 2012 a renovação de 50% do atual parque computacional da PRF com grande melhoria, principalmente na infraestrutura de rede das regionais com a aquisição de equipamentos modernos.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL
12ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL – ESPIRITO SANTO

Descritivo de Execução:

- Pagamento dos contratos continuados de Links de Dados, telefonia fixa, telefonia móvel, contratação de pessoal de apoio em infra-estrutura de TIC, contratação de serviços de suporte a Dados;
- Aquisição de 90 Servidores Tipo III e IV para a Sede e regionais, perfazendo um total de R\$ 870.000,00;
- Aquisição de 1.120 Monitores perfazendo um total de R\$ 286.104,00;
- Aquisição de 698 TB de Storages Regionais para a sede e regionais, perfazendo um total de R\$ 1.787.000,00;
- Aquisição de expansão do Storage do CPD da sede 331 Tb R\$ 380.882,60 (empenhado e não liquidado)
- Aquisição de 1.025 Notebook's para a sede e regionais, perfazendo um total de R\$ 1.522.125,00;
- Aquisição de 27 Aceleradores WAN para a sede e regionais, perfazendo um total de R\$ 2.572.078,00;
- Aquisição de Sistemas Operacionais para regionais, perfazendo um total de R\$ 104.397,00;
- Aquisição de 18 Torres para regionais, perfazendo um total de R\$ 1.520.499,00;
- Aquisição de 48 Repetidoras Analógicas regionais, perfazendo um total de R\$ 527.840,00;
- Implatação de 11 Enlaces para regionais, perfazendo um total de R\$ 240.240,00;

Todas estas ações foram realizadas com o objetivo maior de tornar a comunicação e o trabalho desenvolvido por nossos policiais mais célere e eficiente junto à sociedade.

Identificação da Ação	
Código	14M3
Descrição	AÇÕES DE SEGURANÇA PÚBLICA, A CARGO DA POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL, NA CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL – CONFERÊNCIA RIO+20
Iniciativa	Não se aplica
Unidade Responsável	DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL – DPRF/MJ
Unidade Orçamentária	DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL – DPRF/MJ



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL
12ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL – ESPIRITO SANTO

Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
0,00	0,00	143.515,41	143.515,41	0,00	0,00	143.515,41
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Evento Apoiado	unidade	01	01	-	143.515,41

Análise Crítica:

Fonte: CGO/DPRF

A operação Rio+20 foi realizada no mês de junho de 2012, data do evento internacional relacionado ao meio ambiente denominado Rio + 20, com a presença de diversos chefes de estado. Todos os órgãos de segurança em nível federal, estadual e municipal foram acionados para dar cobertura ao evento.

A PRF atuou com profissionalismo na escolta das autoridades e fiscalização das portas de entrada da cidade do Rio de Janeiro e arredores, antes durante e depois do evento. Para a operação Rio + 20 foram mobilizados 829 PRF's, retirados de diversos estados da federação.

5.1.4 Informações Sobre Ações Vinculadas a Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado de Responsabilidade da UJ

Quadro VII - Ações vinculadas a programa de gestão, manutenção e serviços de responsabilidade da UJ

Identificação da Ação	
Código	0181



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL
12ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL – ESPIRITO SANTO

Descrição		PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSÕES - SERVIDORES CIVIS				
Unidade Responsável		DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL – DPRF/MJ				
Unidade Orçamentária		DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL – DPRF/MJ				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
0,00	0,00	52.720,70	52.720,70	0,00	0,00	52.720,70
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Não se aplica					

Análise Crítica

Fonte: SOFIP/CGRH/DPRF

Por se tratar de folha de pagamento de pessoal, todas as metas foram alcançadas no programa, inclusive a liberação de cotas orçamentárias e financeiras suplementares para este fim.

Os problemas que ocorrem, são sempre verificados no meio do ano, agosto, por exemplo, pois as liberações orçamentárias não saem na sua totalidade no início do ano, faltando orçamento sempre nesse período, porém ao solicitar orçamento complementar é atendido sem maiores problemas.

Todas as metas são atingidas a ponto de haver sobras no final do ano, as quais são restituídas ao tesouro, virando o ano com as contas contábeis em ordem.

Por se tratar de folha de pagamento de pessoal não há o que se falar em restos a pagar. Tudo é realizado dentro do ano em exercício.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL
12ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL – ESPIRITO SANTO

Identificação da Ação						
Código		2000				
Descrição		ADMINISTRAÇÃO DA UNIDADE				
Unidade Responsável		DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL – DPRF/MJ				
Unidade Orçamentária		DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL – DPRF/MJ				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
0,00	0,00	2.106.215,82	1.816.109,98	0,00	290.105,84	1.816.109,98
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Não se aplica					

Análise Crítica

Fonte: DIPLAN/DPRF

As principais despesas executadas na ação são: terceirização e estagiários, manutenção predial, atividades correcionais, leilões de veículos removidos, energia elétrica, água e esgoto, aquisição de material de consumo, licenciamento da frota, locação de bens móveis e imóveis, manutenção de máquinas e equipamentos, correios, imprensa nacional.

As principais realizações da gestão administrativa no exercício de 2012 estiveram voltadas para a supressão das deficiências relacionadas à fiscalização e gestão contratuais, regularização documental e adequação dos imóveis que ocupa, com o desenvolvimento das atividades decorrentes da contratação de projeto para construção da Sede da 12ªSRPRF, da continuidade da execução de obras de reforma dos postos de fiscalização, além da realização de licitações para aquisições de materiais permanentes e de consumo para funcionamento e manutenção da Unidade, buscando sempre alcançar as metas definidas nos planejamentos estratégicos e orçamentários.

Concernente à fiscalização e gestão contratuais, identificou-se que essas atividades necessitavam de especial atenção quanto à descentralização, capacitação dos servidores e



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL
12ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL – ESPIRITO SANTO

padronização de procedimentos, tudo com o objetivo de dar uma correta aplicação aos recursos orçamentários, de forma que os princípios da legalidade e eficiência pudessem prevalecer nos atos praticados pela Administração da Unidade.

Não obstante aos trabalhos desenvolvidos no decorrer do exercício de 2012, é de conhecimento notório as limitações estruturais e financeiras impostas a esta Unidade pelo Governo Central.

A restrição de recursos orçamentário insuficientes para manter o mínimo do funcionamento da estrutura da unidade, limitando-se apenas a execução de despesas essenciais, conseqüentemente inviabilizando a plena execução das ações de planejamento.

Destacam-se as reuniões de trabalho desenvolvidas pelas Coordenações Gerais do DPRF, entre elas a da CGA/DPRF que tem por objetivo definir a execução dos recursos constantes da LOA, as aquisições centralizadas pelas UCC, e a operacionalização de sistemas (SIPAC) que possibilitarão melhor gestão dos recursos.

DA EXECUÇÃO DA AÇÃO 2000 – Administração da unidade

Uma vez que a presente ação representa a execução de despesas da manutenção da Unidade, dos valores empenhados no exercício totalizando R\$ 2.106.215,82, sua execução ocorreu nas seguintes atividades:

33.90.14 – Diárias – R\$ 324.809,02 – representa 15,42% do valor empenhado na ação – Os deslocamentos ocorreram basicamente em reuniões de trabalhos, destacando as reuniões organizadas pela CGA, bem como em convocações de servidores para desenvolver atividades no DPRF.

33.90.30 – Material de Consumo – R\$ 40.686,04 – representa 1,93% do valor empenhado na ação – Refere-se a aquisição de material de expediente, água mineral, material de copa cozinha e café, sendo parcialmente inscritos em restos a pagar;

33.90.33 – Passagem Aérea – R\$ 55.862,10 – representa 2,65% do valor empenhado na ação – As aquisições de passagens aérea ocorreram no deslocamentos de servidores para participarem de reuniões de trabalhos ou por convocação de servidores para desenvolver atividades no DPRF.

33.90.37 – Locação de Mão-de-Obra – R\$ 1.114.941,09 – representa 52,93% do valor empenhado na ação – Refere-se a contratos de limpeza e conservação, vigilância armada e serviços terceirizados (copeira, motorista, recepcionista, telefonista, auxiliar de informática), sendo parcialmente inscritos em restos a pagar;

33.90.39 – Outros Serviço de Terceiros – Pessoa Jurídica – R\$ 474.862,55 – representa 22,54% do valor empenhado na ação – Despesas decorrentes dos serviços essenciais tais como fornecimento de energia elétrica, água e esgoto, serviço de correios, etc, sendo parcialmente inscritos em restos a pagar;

33.90.47 – Obrigações Tributárias e Contributivas – R\$ 19.454,75 – representa 0,92% do valor empenhado na ação – Despesas executadas no pagamento do licenciamento das viaturas, sendo parcialmente inscritos em restos a pagar;



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL
12ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL – ESPIRITO SANTO

33.90.92 – Despesas de Exercícios Anteriores – R\$ 21.120,80 – representa 1,002% do valor empenhado na ação – Trata-se de despesas referentes a reconhecimento de dívida.

33.90.93 – Indenizações e Restituições – R\$ 19.377,04 – representa 0,919% do valor empenhado na ação.

33.91.39 – Outros Serv. Terceiros-Pes. Jurid-Op. Intra-Orc. – R\$ 16.074,93 – representa 0,76% do valor empenhado na ação – Executado com despesas de publicações no DOU e EBC.

44.90.52 – Equipamentos e Material Permanente – R\$ 19.027,50 – representa 0,90% do valor empenhado na ação – utilizados na aquisição de equipamentos e mobiliários.

Os valores empenhados e ainda não liquidados inscritos em restos a pagar totalizam R\$ 290.105,84.

Identificação da Ação						
Código		20TP				
Descrição		PAGAMENTO DE PESSOAL ATIVO DA UNIÃO				
Unidade Responsável		DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL – DPRF/MJ				
Unidade Orçamentária		DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL – DPRF/MJ				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
0,00	0,00	8.580,63	8.580,63	0,00	0,00	8.580,63
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Não se aplica					

Análise Crítica

Fonte: SOFIP/CGRH/DPRF



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL
12ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL – ESPIRITO SANTO

Por se tratar de folha de pagamento de pessoal, todas as metas foram alcançadas no programa, inclusive a liberação de cotas orçamentárias e financeiras suplementares para este fim.

Os problemas que ocorrem, são sempre verificados no meio do ano, agosto, por exemplo, pois as liberações orçamentárias não saem na sua totalidade no início do ano, faltando orçamento sempre nesse período, porém ao solicitar orçamento complementar é atendido sem maiores problemas.

No ano de 2012 houve aumento da despesa com pagamento de pessoal devido a posse de 750 servidores, porém todas as metas foram atingidas ao ponto de haver sobras no final do ano que são devolvidas ao tesouro virando o ano com as contas contábeis em ordem.

Por se tratar de folha de pagamento de pessoal não há o que se falar em restos a pagar. Tudo é realizado dentro do ano em exercício.

5.2 Informações Sobre a Execução Orçamentária e Financeira da Despesa

5.2.1 Identificação das Unidades Orçamentárias da UJ

Quadro VIII- Identificação das Unidades Orçamentárias da UJ

<i>Denominação das Unidades Orçamentárias</i>	<i>Código da UO</i>	<i>Código SIAFI da UGO</i>
Departamento de Polícia Rodoviária Federal – DPRF/MJ	30107	200109

5.2.2 Programação de Despesas

5.2.2.1 Programação de Despesas Correntes

5.2.2.2 Programação de Despesas de Capital

5.2.2.3 Resumo da Programação de Despesas e da Reserva de Contingência

5.2.2.4 Análise Crítica



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODoviÁRIA FEDERAL
12ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL – ESPIRITO SANTO

5.2.3 Movimentação de Créditos Interna e Externa

Itens anteriores Não aplicáveis a UG 200126,

5.2.4 Execução Orçamentária da Despesa

5.2.4.1 Execução da Despesa Com Créditos Originários

5.2.4.1.2 Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação

5.2.4.2.1 Despesas Totais por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação

5.2.4.2.2 Despesas Totais Por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação.

5.2.4.2.3 Análise crítica

Quadro IX - Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação

Valores em R\$
1,00

	2010	2011	2012	2010	2011	2012
Modalidade de Licitação						
Convite	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Tomada de Preços	155.979,56	0,00	0,00	69.824,38	0,00	0,00
Concorrência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pregão	1.365.634,95	2.549.895,74	1.937.934,45	1.170.075,34	652.154,25	1.937.934,45
Concurso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Consulta	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Registro de Preços	1.993.495,33	574.568,21		968.816,34	400.101,30	
Contratações Diretas						
Dispensa	44.498,10	296.760,03	184.616,54	41.483,10	81.979,85	184.616,54
Inexigibilidade	329.786,53	626.836,11	421.469,16	308.154,60	180.000,00	421.469,16
Regime de Execução Especial						
Suprimento de Fundos	4.086,15	5.656,38	10.328,75	3.086,15	5.656,38	10.328,75
Pagamento de Pessoal						
Pagamento em Folha	0,00	0,00	45.169,70	0,00	0,00	45.169,70
Diárias	489.362,75	427.806,99	757.918,94	489.362,75	427.806,99	757.918,94
Outros	140.389,26	460.410,25	61.301,33	139.052,38	460.410,25	61.301,33

Fonte: SIAFI 2012



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODoviÁRIA FEDERAL
12ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL – ESPIRITO SANTO

5.4.2.2.2) Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos
Créditos Recebidos por Movimentação

Quadro X - Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação Valores em R\$
1,00

Fonte: SIAFI 2012

5.4.2.2.3) Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos
Créditos Recebidos por Movimentação

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		R P Não Processados		Valores Pagos	
	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012
1 – Despesas de Pessoal								
31.90.08	31.325,31	61.301,33	31.325,31	61.301,33	0,00	0,00	31.325,31	61.301,33
2º elemento de despesa	0,00		0,00		0,00	0,00	0,00	0,00
3º elemento de despesa	0,00		0,00		0,00	0,00	0,00	0,00
Demais elementos do grupo	0,00		0,00		0,00	0,00	0,00	0,00
2 – Juros e Encargos da Dívida								
1º elemento de despesa	0,00		0,00		0,00	0,00	0,00	0,00
2º elemento de despesa	0,00		0,00		0,00	0,00	0,00	0,00
3º elemento de despesa	0,00		0,00		0,00	0,00	0,00	0,00
Demais elementos do grupo	0,00		0,00		0,00	0,00	0,00	0,00
3 – Outras Despesas Correntes								
33.90.30	1.028.724,79	761.038,49	668.985,70	608.489,01	359.739,09	152.549,48	668.985,70	608.489,01
33.90.37	1.034.741,60	1.114.941,09	936.634,02	919.809,66	98.107,58	195.131,43	98.107,58	919.809,60
33.90.39	922.689,04	993.213,09	816.050,62	884.963,49	106.638,42	113.709,18	816.050,62	884.963,49
Demais elementos do grupo	617.737,29	1.014.672,64	607.901,93	944.175,38	9.835,36	70.497,26	1.446.428,37	944.175,44
Total	3.635.218,03	3.945.166,64	3.060.897,58	3.418.738,87	574.320,45	531.887,35	3.060.897,58	3.418.738,87

Valores em R\$ 1,00



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODoviÁRIA FEDERAL
12ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL – ESPIRITO SANTO

Quadro XI - Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012
4 – Investimentos								
44.90.51	39.843,10	0,00	0,00	0,00	39.843,10	0,00	0,00	0,00
44.90.52	448.733,17	80.502,50	12.078,36	19.027,50	436.654,81		12.078,36	12.078,36
3º elemento de despesa	0,00		0,00		0,00		0,00	0,00
Demais elementos do grupo	0,00		0,00		0,00		0,00	0,00
5 – Inversões Financeiras								
1º elemento de despesa	0,00		0,00		0,00		0,00	0,00
2º elemento de despesa	0,00		0,00		0,00		0,00	0,00
3º elemento de despesa	0,00		0,00		0,00		0,00	0,00
Demais elementos do grupo	0,00		0,00		0,00		0,00	0,00
6 – Amortização da Dívida								
1º elemento de despesa	0,00		0,00		0,00		0,00	0,00
2º elemento de despesa	0,00		0,00		0,00		0,00	0,00

Fonte: SIAFI 2012

5.2.4.2.3 Análise Crítica

Os valores liberados no exercício não foram suficiente para a manutenção da unidade, comprometendo a execução dos serviços contratados. Assim não pode ser considerado como redução de gastos os valores executados em 2012.

O impacto na execução dos recursos ocorreu especificamente no grupo de despesa 44.90.52 onde foram contratadas a aquisição de viaturas pelo DPRF ainda não entregues integralmente no exercício de 2012.

6. TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

6.1 Reconhecimento de Passivos

6.1.1 Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos

Não há registro contábeis no SIAFI/2012 nas contas 21211.11.00, 21212.11.00, 21213.11.00, 21215.22.00 e 21219.22.00.

6.2 Pagamentos e cancelamentos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores

6.2.1 Pagamentos e cancelamentos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores

Página 80 de 108 /SAF-GAAF - ehsf

Missão Institucional: Preservar a vida e promover a paz pública com segurança cidadã.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL
12ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL – ESPIRITO SANTO

Quadro XII - Situação dos Restos a Pagar de exercícios anteriores

				Valores em R\$ 1,00
Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2012
2011		0,00		0,00
2010	31.325,31	0,00	31.325,31	0,00
2009	19.028,67	0,00	19.028,67	0,00
2008	4.063,65	0,00	4.063,65	0,00
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2012
2011	1.070.820,14	73.770,00	870.873,93	126.176,21
2010	1.831.896,04	350.043,77	1.475.350,49	6.501,78
2009	1.619.803,86	45.553,31	1.097.117,28	477.133,27
2008	943.538,95	191.454,83	729.848,94	22.235,18

Fonte: SIAFI 2012

6.3 Suprimento de Fundos

6.3.1 Despesas Realizadas por meio de Suprimento de Fundos

No exercício de 2012, os valores foram detalhados no Sistema do Cartão de Pagamento – SCP, não houve registro de saque com Cartão de Pagamento do Governo Federal – CPGF e sua utilização ocorreu com base nas disposições dos Decretos nºs 5.355/2005 e 6.370/2008

CPF SUPRIDO	VALORES GASTOS COM CARTÃO			APLICAÇÃO
	2010	2011	2012	
031.915.047-02	1828,53	1.344,17	3.248,30	Sede da 12ª SRPRF/ES - Vitória
007.759.517-30	940,09	88,70	2.050,00	1ª Del/12ª SRPRF/ES - Viana
031.479.947-83	1.371,55	675,82	2.683,69	2ª Del/12ª SRPRF/ES - Serra
032.290.956-26	458,96	779,36	2.808,31	Sede da/12ª SRPRF/ES - GOC
985.624.527-34	3.613,92	402,20	248,00	4ª Del/12ª SRPRF/ES - Linhares
TOTAL	8.213,05	3.290,25	11.038,30	12ª SRPRF/ES

Fonte: SIAFI/2012 – www.portaldatransparencia.gov.br



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL
12ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL – ESPIRITO SANTO

6.4 Renúncias Tributárias sob a Gestão da UJ

Inexiste tal situação no âmbito da 12ª SRPRF/ES

7. GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS

7.1 Composição do Quadro de Servidores Ativos

7.1.1 Demonstração da Força de Trabalho à Disposição da Unidade Jurisdicionada

Quadro XIII - Força de Trabalho da UJ – Situação apurada em 31/12

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos em 2012	Egressos em 2012
	Autorizada	Efetiva		
1 Provimento de cargo efetivo				
1.1 Membros de poder e agentes políticos				
1.2 Servidores de Carreira				
1.2.1 Servidor de carreira vinculada ao órgão	340	267	19	6
1.2.2 Servidor de carreira em exercício descentralizado				
1.2.3 Servidor de carreira em exercício provisório				
1.2.4 Servidor requisitado de outros órgãos e esferas				
1.3 Servidores com Contratos Temporários				
1.4 Servidores Cedidos ou em Licença				
1.4.1 Cedidos		01		
1.4.2 Removidos				
1.4.3 Licença remunerada				



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL
12ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL – ESPIRITO SANTO

1.4.4	Licença não remunerada				
2	Provimento de cargo em comissão				
2.1	Cargos Natureza Especial				
2.2	Grupo Direção e Assessoramento superior				
2.2.1	Servidor de carreira vinculada ao órgão		01		
2.2.2	Servidor de carreira em exercício descentralizado				
2.2.3	Servidor de outros órgãos e esferas				
2.2.4	Sem vínculo				
2.2.5	Aposentado				
2.3	Funções gratificadas				
2.3.1	Servidor de carreira vinculada ao órgão		23		
2.3.2	Servidor de carreira em exercício descentralizado				
2.3.3	Servidor de outros órgãos e esferas				
3	Total		230		

Fonte: SRH/Siape - Obs. Não incluído na soma os cargos de Provimento de cargo em comissão, em razão da ocupação ser exclusiva de servidor de carreira da UJ, já incluídos item 1.2.

Quadro XIV - Quantidade de servidores da UJ por faixa etária – Situação apurada em 31/12/2012

Tipologias do Cargo	Faixa Etária (anos)				
	Até 30	De 31 a 40	De 41 a 50	De 51 a 60	Acima de 60
1. Provimento de cargo efetivo					
1.1. Membros de poder e agentes políticos					
1.2. Servidores de Carreira	15	119	71	36	2
1.3. Servidores com Contratos Temporários					
1.4. Servidores Cedidos ou em Licença					
2. Provimento de cargo em comissão					
2.1. Cargos de Natureza Especial					
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior		1			
2.3. Funções gratificadas		10	10	3	



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL
12ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL – ESPIRITO SANTO

Fonte: SRH/Siape

7.1.2 Qualificação da Força de Trabalho

**Quadro XV - Composição do Quadro de Recursos Humanos por nível de escolaridade -
Situação apurada em 31/12/2012**

Tipologias do Cargo	Nível de Escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1. Provimento de cargo efetivo									
1.1. Membros de poder e agentes políticos									
1.2. Servidores de Carreira			2	10	280	205			
1.3. Servidores com Contratos Temporários									
1.4. Servidores Cedidos ou em Licença									
2. Provimento de cargo em comissão									
2.1. Cargos de Natureza Especial									
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior						1			
2.3. Funções gratificadas					17	20			
LEGENDA Nível de Escolaridade 1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 – Mestrado; 9 - Doutorado; 10 - Não Classificada.									

Fonte: SRH/Siape



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL
12ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL – ESPIRITO SANTO

7.2 Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas

Quadro XVI - Composição do Quadro de Servidores Inativos - Situação apurada em 31/12/2012

Regime de proventos / Regime de aposentadoria	Quantitativo de Servidores	Aposentadorias em 2012
1 Integral		
1.1 Voluntária	165	1
1.2 Compulsório	1	
1.3 Invalidez Permanente	7	
1.4 Outras		
2 Proporcional		
2.1 Voluntária	5	
2.2 Compulsório		
2.3 Invalidez Permanente	3	
2.4 Outras		

Fonte: SRH/Siape

Quadro XVII - Composição do Quadro de Instituidores de Pensão - Situação apurada em 31/12/2012

Regime de proventos originário do servidor	Quantitativo de Beneficiários	Pensões concedidas em 2012
1. Integral	10	6
2. Proporcional		

Fonte: SRH/Siape



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL
12ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL – ESPIRITO SANTO

7.3 Composição do Quadro de Estagiários

Quadro XVIII - Composição do Quadro de Estagiários

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Custo do exercício (Valores em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
Nível superior					
<input type="checkbox"/> Área Fim					
X Área Meio	4	4	4	4	
Nível Médio					
<input type="checkbox"/> Área Fim					
X Área Meio	21	21	21	21	108.912,36

Fonte: SRH/Siape



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL
12ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL – ESPIRITO SANTO

7.4 Demonstração dos Custos de Pessoal da Unidade Jurisdicionada

Quadro XIX - Quadro de custos de recursos humanos nos exercícios de 2009, 2010, 2011 e 2012.

Valores em R\$ 1,00

Tipologias / Exercícios	Vencimentos e vantagens fixas	Despesas Variáveis						Total
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e previdenciários	Demais despesas variáveis	
Membros de poder e agentes políticos								
2009								
2010								
2011								
2012								
Servidores de Carreira que não ocupam cargo de provimento em comissão								
2009	38.298.734,04		431.726,88	2.243.541,24		64.824,00		41.038.826,16
2010	67.406.448,00		584.474,40	2.212.941,60		73.705,20		70.277.569,20
2011	52.034.796,66		556.784,68	3.127.603,98		34.477,24		55.753.662,56
2012	22.596.081,00	20.385,00	3.010.043,00	61.434,00	43.240,00	1.411.462,00	24.255,00	27.166.900,00
Servidores com Contratos Temporários								
2009								
2010								
2011								
2012								
Servidores Cedidos com ônus ou em Licença								
2009								
2010								
2011								
2012	100.804,30		12.496,06	4.690,00				117.990,36
Servidores ocupantes de Cargos de Natureza Especial								
2009								
2010								
2011								
2012								
Servidores ocupantes de cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior								
2009			29.102,76					29.102,76
2010			29.102,76					29.102,76
2011			3.053,69					3.053,69
2012	130.853,00	29.103,00	19.662,00	7.546,00			609,00	187.773,00
Servidores ocupantes de Funções gratificadas								
2009			89.562,00					89.562,00
2010			89.562,00					89.562,00
2011			72.999,64					72.999,64
2012	2.342.864,30	80.848,70	310.759,13	11.805,21	3.886,89	151.590,18	719,02	2.902.473,43

Fonte: SRH/Siape



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL
12ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL – ESPIRITO SANTO

7.5 Informações sobre a Contratação de Serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância Ostensiva pela Unidade Jurisdicionada

Quadro XX - Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva

Unidade Contratante													
Nome: 12ª Superintendência Regional de Polícia Rodoviária Federal													
UG/Gestão: 200126						CNPJ: 00.394.494/0121-42							
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2009	L	O	018/2009	05.276.664/0001-00	25/06/09	24/06/10	8	8					E
			019/2009				2	2					
			020/2009				2	2					
			021/2009				2	2					
			022/2009				3	3					
2009	V	O	024/2009	25.183.468/0003-51	27/07/09	26/07/13			4	4			P
			025/2009						2	2			
			026/2009						2	2			
2010	L	O	011/2010	07.780.835/0001-50	25/06/10	25/06/13	8	8					P
			012/2010				2	2					
			013/2010				2	2					
			014/2010				2	2					
			015/2010				3	3					

Observação:
LEGENDA
Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.
Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

Fonte: SAF/SICON – OBS: Vigilância considerado Postos de Serviços



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL
12ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL – ESPIRITO SANTO
Quadro XXI - Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra

Unidade Contratante													
Nome: 12ª Superintendência Regional de Polícia Rodoviária Federal													
UG/Gestão: 200126							CNPJ: 00.394.494/0121-42						
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2011	1	O	001/2011	07.564.344/0001-72	14/01/11	14/01/13			3	3			E
	1	O	002/2011	11.077.606/0001-41	14/01/11	14/01/13			3	3			A
	7	O	003/2011	04.999.113/0001-01	14/01/11	14/01/13			4	4			A

LEGENDA
Área:
1. Apoio Administrativo Técnico e Operacional;
2. Manutenção e Conservação de Bens Imóveis;
3. Serviços de Copa e Cozinha;
4. Manutenção e conservação de Bens Móveis;
5. Serviços de Brigada de Incêndio;
6. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes;
7. Outras.
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.
Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

Fonte: SAF/SICON



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODoviÁRIA FEDERAL
12ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL – ESPIRITO SANTO

Quadro XXII - Distribuição do pessoal contratado mediante contrato de prestação de serviço com locação de mão de obra

Identificação do Contrato	Área	Qtd.	Unidade Administrativa
024/2009	8	8	SEDE 12ª SRPRF/ES - VITÓRIA
025/2009	8	4	3ª DELEGACIA – GUARAPARI
026/2009	8	4	4ª DELEGACIA – LINHARES
011/2010	7	8	SEDE 12ª SRPRF/ES – VITÓRIA
012/2010	7	2	1ª DELEGACIA – VIANA
013/2010	7	2	2ª DELEGACIA – SERRA
014/2010	7	2	3ª DELEGACIA – GUARAPARI
015/2010	7	3	4ª DELEGACIA – LINHARES
001/2011	1	3	SEDE 12ª SRPRF/ES – VITÓRIA
002/2011	1	3	SEDE 12ª SRPRF/ES – VITÓRIA
003/2011	9	4	SEDE 12ª SRPRF/ES – VITÓRIA

LEGENDA

Área:

- | | |
|---|---|
| 1. <u>Apoio Administrativo Técnico e Operacional;</u> | 5. Serviços de Brigada de Incêndio; |
| 2. <u>Manutenção e Conservação de Bens Imóveis;</u> | 6. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes; |
| 3. <u>Serviços de Copa e Cozinha;</u> | 7. Higiene e Limpeza; |
| 4. <u>Manutenção e conservação de Bens Móveis;</u> | 8. Vigilância Ostensiva; |
| | 9. Outras. |

7.6 Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos

- Absenteísmo

Não há indicadores.

- Acidentes de Trabalho e Doenças Ocupacionais

Não há indicadores.

- Rotatividade (turnover)

Não há indicadores.

- Educação Continuada



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODoviÁRIA FEDERAL
12ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL – ESPIRITO SANTO

CURSOS REALIZADOS EM 2012

CURSO	PROMOÇÃO	PERÍODO/ CUSTOS	SERVIDOR	LOCAL
CURSO DE LIBRAS Processo nº 08.667.004.451/2010-74	12ª SRPRF/ES em parceria com a SEDU/ES	Março a julho de 2012	BARTOLINI, MAURO, MARTA, WOLMAR, JEHAN NEY, SALVADOR	Vitória/ES
CURSO DE CAPACITAÇÃO PARA OS CHEFES DOS NÚCLEOS DE ORÇAMENTO E FINANÇAS – NUOFI Memorando nº 90/2012-COEN, de 31/01/2012.	COEN/DPRF	05 A 11/02/2012	AIRTON	João Pessoa/PB
CURSO DE APERFEIÇOAMENTO EM TÉCNICAS PARA FISCALIZAÇÃO DO USO DE ALCOOL E OUTRAS DROGAS NO TRÂNSITO BRASILEIRO Processo nº 08.667.006.364/2011-32	12ª SRPRF/ES	Janeiro A Março/2012	TUDO O EFETIVO	Vitória, Linhares e Cachoeiro de Itapemirim Diárias:
CURSO DE MANUTENÇÃO E MANUSEIO DE ARMAMENTO IMBEL Processo nº 08.667.001.082/2012-20	IMBEL	13 a 15 de março de 2012	BECEVELI	Itajuba/MG Diárias:
SEMINÁRIO DE AMBIENTAÇÃO DA OPERAÇÃO SENTINELA FASE III	3ª SRPRF/MS	02 de abril de 2012	ERNESTO LEAL LACERDA	Campo Grande/MS
CURSO DE ATUALIZAÇÃO LEGISLATIVA DOS POLICIAIS RODOVIÁRIOS FEDERAIS	12ª SRPRF/ES	MAIO	TUDO O EFETIVO	VITÓRIA
Processo nº 08.667.000.088/2012-80				
CURSO DE FORMAÇÃO PARA MOTOCICLISTA BATEDOR POLICIAL/2012 – 3ª TURMA Memorando nº 418/2012 – NUAD/COEN, de 26 de abril de 2012.	COEN/DPRF	06 DE MAIO A 02 DE JUNHO DE 2012	FABRÍCIO BARROS	Cachoeira Paulista/SP
WORKSHOP: O OLHAR DA PRF PARA OS DIREITOS HUMANOS Memorando nº 483/2012 – NUAD/COEN, de 11 de junho de 2012	COEN/DPRF	27 A 29 DE JUNHO DE 2012	MÁRCIA TIRRE	Salvador/BA
CURSO DE CAPACITAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO: OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA – A FISCALIZAÇÃO DOS CONTRATOS	CGPLAN (ELO: CONSULTORIA EMPRESARIAL E PRODUÇÃO DE EVENTOS)	26 A 28 DE JUNHO DE 2012	NOEL BARTOLINI	Foz do Iguaçu/PR
XXII CURSO DE TÉCNICAS POLICIAIS DE COMBATE AO CRIME – TPCC Memorando nº	COEN/DPRF	27/05 a 14/06/2012	CARVALHO MIGUEL	Brasília/DF
SISTEMA DE INTEGRAÇÃO DE BASE DE DADOS – IDSEG Memorando nº 876/2012 – NUAD/COEN, de 30/08/2012.	COEN/DPRF	09 A 22/09/2012	HÉLVIO	
WORKSHOPS DE ATUALIZAÇÃO EM	COEN/DPRF	A 25/08/2012	BECEVELI	Brasília/DF
ARMAMENTO E TIRO Memorando nº 453/2012/NUAD/COEN				
CURSO MAPEAMENTO DE COMPETÊNCIAS Memorando nº 732/2012 – NUAD/COEN, de 18/07/2012	COEN/DPRF	07 A 09/08/2012	ANDRÉA ELIETE	Brasília/DF

- Satisfação e Motivação

Não há indicadores.

- Disciplina

CORREGEDORIA



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL
12ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL – ESPIRITO SANTO

- Desempenho funcional

Não há indicadores.

- Níveis Salariais

Policial Rodoviário Federal			
- Nível Superior -			
1-Jul-10			
CLASSE	PADRÃO	SUBSÍDIO (R\$)	SUBSÍDIO APOSENTADO (R\$)
INSPETOR	III	10544,14	10544,14
	II	10237,03	10237,03
	I	9938,87	9938,87
AGENTE ESPECIAL	VI	9376,29	9376,29
	V	9103,19	9103,19
	IV	8838,05	8838,05
	III	8580,63	8580,63
	II	8330,71	8330,71
	I	8088,07	8088,07
AGENTE OPERACIONAL	VI	7443,29	7443,29
	V	7369,6	7369,6
	IV	7296,63	7296,63
	III	7224,39	7224,39
	II	7152,86	7152,86
	I	7082,04	7082,04
AGENTE	I	5804,95	5804,95

Plano Especial de Cargos do Departamento de Polícia Rodoviária Federal
 (Quadro de Pessoal do Departamento de Polícia Rodoviária Federal)

- Nível Auxiliar -										julho de 2009				
CLASSE	PADRÃO	VENCIMENTO BÁSICO	GEAAPRF		GDATPRF (*)		ATIVO (em R\$)		TOTAL	GDATPRF (*)	APOSENTADO	GDATPRF - R\$/ponto	Pontos Ativos - art 158	Valor Aposentados R\$
					80 pts	100 pts	80 pts	100 pts		50 pts	TOTAL (em R\$)			
		A	B		C	D	E=(A+B+C)	F=(A+B+D)		G	H=(A+B+G)			
	II	1660,84	140,00		318,40	398,00	2.119,24	2.198,84		199,00	1.999,84	3,9800	80	199,00
Especial	I	1657,64	139,00		315,56	394,45	2.112,20	2.191,09		197,23	1.993,87	3,9445	80	197,23
		1654,45	138,00		312,74	390,93	2.105,19	2.183,38		195,47	1.987,92	3,9093	80	195,47

- Demandas Trabalhistas

Não há indicadores.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL
12ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL – ESPIRITO SANTO

8. GESTÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO

8.1 Gestão da Frota de Veículos Próprios e Contratados de Terceiros

8.1.1 - Frota de Veículos Automotores de Propriedade da Unidade Jurisdicionada

a) Legislação que regula a constituição e a forma de utilização da frota de veículos;

A legislação que regula o uso de veículos oficiais do DPRF, são as seguintes:

- Instrução Normativa nº 07, de 08 de dezembro de 2011, da Direção-Geral - DPRF. Disciplina a classificação, a identificação, o controle, o uso e a guarda dos veículos terrestres automotores no âmbito da Polícia Rodoviária Federal e dá outras providências.
- Instrução Normativa nº 03, de 15 de maio de 2008, Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MPOG. Dispõe sobre a classificação, utilização, especificação, identificação, aquisição e alienação de veículos oficiais e dá outras providências.

b) Importância e impacto da frota de veículos sobre as atividades da UJ;

A missão da Polícia Rodoviária Federal é fiscalizar diariamente as rodovias e estradas federais, zelando pela vida daqueles que utilizam a malha viária federal para exercer o direito constitucional da livre locomoção. As atribuições legais são definidas, principalmente, pelo Código de Trânsito Brasileiro (fiscalização de trânsito) e pelo Decreto 1.655/95 (enfrentamento a criminalidade).

Para o cumprimento de sua missão constitucional de patrulhamento ostensivo dos 70.000 km de rodovias e estradas federais, a Polícia Rodoviária Federal conta com um efetivo 10.366 policiais, alocados em funções gerenciais, administrativas e operacionais, em sua unidade central (Departamento) e em unidades regionais e locais (Superintendências, Distritos, Delegacias e Postos).

Portanto, a viatura mostra-se como uma das principais ferramentas de trabalho do Policial Rodoviário Federal. Dada sua importância, natural que seja grande o seu impacto em toda a



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL
12ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL – ESPIRITO SANTO

estrutura do DPRF, tendo do ponto de vista orçamentário, como gerencial. Isso para que esteja disponível uma frota de veículos bem conservados, com manutenção adequada, que ofereça segurança aos seus usuários. As viaturas a disposição da 12ªSRPRF/ES, realizam operações em âmbito nacional, assim como apoio a missões regionais.

c) Quantidade de veículos em uso ou na responsabilidade da UJ, discriminados por grupos, segundo a classificação que lhes seja dada pela UJ (por exemplo, veículos de representação, veículos de transporte institucional etc.), bem como sua totalização por grupo e geral;

Frota 12ªSRPRF/ES por grupo			
Administrativo	Operacional	Motocicletas	Outros
16	35	17	02
TOTAL	70		

- Fonte Sistema SGC / Gestão de Contratos
- Sistema Ticket-Car

d) Média anual de quilômetros rodados, por grupo de veículos, segundo a classificação contida na letra “c” supra;

Quilômetros rodados	Média anual de quilômetros rodados
1.111.394 (km)	15.877,05 (por veículo)

- Fonte Sistema SGC / Gestão de Contratos
- Sistema Ticket-Car

e) Idade média da frota, por grupo de veículos;

Idade da Frota Sede DPRF por grupo



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL
12ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL – ESPIRITO SANTO

Administrativo	Operacional	Motocicletas	Outros
4 anos	3 anos	5 anos	20 anos

- Fonte Sistema SGC / Gestão de Contratos
- Sistema Ticket-Car

f) Custos associados à manutenção da frota (Por exemplo, gastos com combustíveis e lubrificantes, revisões periódicas, seguros obrigatórios, pessoal responsável pela administração da frota, entre outros);

Custos associados a manutenção	
Manutenção (preventiva e corretiva)	R\$ 208.063,65
Combustíveis	R\$ 435.888,52
Taxas (Licenciamento, Seguro Obrigatório etc.)	R\$ 19.053,26

- Fonte Sistema SGC / Gestão de Contratos
- Sistema Ticket-Car

g) Plano de substituição da frota;

Diversas medidas internas, necessárias a uma adequada recomposição veicular, são adotadas pelas áreas técnicas competentes do Órgão, onde anualmente cerca de 500 veículos são leiloados pelo próprio Órgão e a renovação da frota é propiciada pela realização de registro de preços para aquisição anual, embora os limites orçamentários não permitam o cumprimento desse ciclo.

h) Razões de escolha da aquisição em detrimento da locação;

A Divisão de Patrimônio e Material (DIPAM), em conjunto com os gestores nacionais de frota, lançou o compêndio “Consolidação de Critérios Técnicos”, que versa sobre aquisição e



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL
12ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL – ESPIRITO SANTO

distribuição de materiais e contratação de serviços, onde é definida uma vida útil de até 4 (quatro) anos para as viaturas operacionais, devendo haver novo suprimento ao fim desse prazo.

O fator depreciação dos veículos policiais impõe à Administração a necessidade de substituição mínima contínua da frota a cada período anual, sob risco de que sejam incrementados os dispêndios com o sistema de manutenção corretiva, ocasionando mais ônus ao erário. Assim a aquisição de veículos próprios tem se mostrado mais vantajoso para a Administração.

i) Estrutura de controles de que a UJ dispõe para assegurar uma prestação eficiente e econômica do serviço de transporte.

Como instrumentos de controle os gestores da frota do DPRF/MJ, contam hoje com o Sistema Integrado de Patrimônio, Administração e Contratos – SIPAC, que entre suas funcionalidades está o módulo Transportes, de onde se realiza toda a gestão/controle da frota de veículos. Registre-se ainda, o Sistema da empresa Ticket Car, que realiza o gerenciamento das operações de consumo de combustíveis.

8.2 Gestão do Patrimônio Imobiliário

Quadro XXIII - Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ		
		EXERCÍCIO 2010	EXERCÍCIO 2012	EXERCÍCIO 2012
BRASIL	Espírito Santo	10	10	10
	5705 - VITORIA	1	1	1
	5701 - VIANA	1	1	1
	5709 - IBATIBA	1	1	1
	5699 - SERRA	1	1	1
	5649 - IBIRACU	1	1	1
	5647 - GUARAPARI	1	1	1
	5623 - CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM	1	1	1



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL
12ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL – ESPIRITO SANTO

	5663 - LINHARES	2	2	2
	5697 - SAO MATEUS	1	1	1
	Total Brasil	10	10	10

Fonte: MP / SPU / Sistema Spiunet

A Unidade não possui imóveis locados de terceiros, assim, não foi preenchido o quadro de Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros.

Quadro XXIV - Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa com Manutenção no exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Imóvel	Instalações
200126 - 5705	5705.00337.500-8	Próprio	Muito Bom	1579648,18	15/02/13	4.921.247,88		
200126 - 5701	5701.00002.500-3	Próprio	Muito Bom	208.958,01	01/09/2000			
200126 - 5709	5709.00019.500-1	Próprio	Muito Bom	54.349,13	01/09/2000			
200126 - 5699	5699.00012.500-2	Próprio	Muito Bom	383.896,16	01/09/2000			
200126 - 5649	5649.00005.500-8	Próprio	Muito Bom	40.588,84	01/09/2000			
200126 - 5647	5647.00011.500-4	Próprio	Muito Bom	166.147,32	01/09/2000			
200126 - 5623	5623.00018.500-5	Próprio	Muito Bom	177.085,50	01/09/2000			
200126 - 5663	5663.00029.500-4	Próprio	Muito Bom	864.816,25	01/09/2000			
200126 - 5663	5663.00031.500-5	Próprio	Muito Bom	149.867,57	01/09/2000			
200126 - 5697	5697.00016.500-8	Próprio	Muito Bom	388.031,51	01/09/2000			
Total							Σ	Σ

Fonte: MP / SPU / Sistema Spiunet



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL
12ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL – ESPIRITO SANTO

brmar

Consulta Imóvel por UG

M



Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União

Relação Detalhada de Imóveis por UG/UF/Município

Parâmetros da Pesquisa		
Proprietário Oficial : Todos	UF : Espírito Santo	Certificação : Ambos
Situação : Ativo		
UG : 200126 - 12A.SUPERINTEND.DE POLICIA RODOVIARIA FEDERAL		
Total de Imóveis: 11	Valores em R\$ Terreno : Benfeitoria : Imóvel :	6.534.279,91 1.646.998,74 8.181.278,65
UF : ES - Espírito Santo		
Total de Imóveis: 11	Valores em R\$ Terreno : Benfeitoria : Imóvel :	6.534.279,91 1.646.998,74 8.181.278,65
Município : 5623 - CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM		
Total de Imóveis: 1	Valores em R\$ Terreno : Benfeitoria : Imóvel :	8.250,00 168.835,50 177.085,50
RIP : 5623.00018.500-5		
Rodovia BR 101, Km411 não tem, Saфра CEP 29300-000	Valores em R\$ Terreno : Benfeitoria : Imóvel :	8.250,00 168.835,50 177.085,50
Município : 5647 - GUARAPARI		
Total de Imóveis: 1	Valores em R\$ Terreno : Benfeitoria : Imóvel :	150.000,00 16.147,32 166.147,32
RIP : 5647.00011.500-4		
Rodovia BR 101 SUL KM 339, s/n Distrito Rio Grande CEP 29200-000	Valores em R\$ Terreno : Benfeitoria : Imóvel :	150.000,00 16.147,32 166.147,32
Município : 5649 - IBIRACU		
Total de Imóveis: 2	Valores em R\$ Terreno : Benfeitoria : Imóvel :	626.790,00 240.089,32 866.879,32
RIP : 5649.00004.500-2		
Rodovia BR 10, Km211 não tem, não tem CEP 29670-000	Valores em R\$ Terreno : Benfeitoria : Imóvel :	11.970,00 28.618,84 40.588,84
RIP : 5649.00005.500-8		
Travessa Rodovia BR-101 km 210, s/n.º não tem, Taquara-Assu CEP 29670-000	Valores em R\$ Terreno : Benfeitoria : Imóvel :	614.820,00 211.470,48 826.290,48
Município : 5663 - LINHARES		
Total de Imóveis: 2	Valores em R\$ Terreno : Benfeitoria : Imóvel :	850.531,50 164.152,32 1.014.683,82
RIP : 5663.00029.500-4		
Avenida São Mateus, 640 Lotes 8,9,10 e 11 Quadra 217, Aviso CEP 29901-350	Valores em R\$ Terreno : Benfeitoria : Imóvel :	733.531,50 131.284,75 864.816,25
RIP : 5663.00031.500-5		
Rodovia BR 101 Norte, Km151 não tem, não tem CEP 29900-000	Valores em R\$ Terreno : Benfeitoria : Imóvel :	117.000,00 32.867,57 149.867,57



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA Rodoviária FEDERAL
12ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL - ESPÍRITO SANTO

Município : 5697 - SAO MATEUS		Valores em R\$	
Total de Imóveis:	1	Terreno :	360.000,00
		Benfeitoria :	28.031,51
		Imóvel :	388.031,51
RIP : 5697.00016.500-8		Valores em R\$	
Rodovia BR 101, Km 56 não tem, não tem CEP 29930-000		Terreno :	360.000,00
		Benfeitoria :	28.031,51
		Imóvel :	388.031,51
Município : 5699 - SERRA		Valores em R\$	
Total de Imóveis:	1	Terreno :	332.000,00
		Benfeitoria :	51.896,16
		Imóvel :	383.896,16
RIP : 5699.00012.500-2		Valores em R\$	
Rodovia BR 101, Km 250 não tem, Belvedere CEP 29160-000		Terreno :	332.000,00
		Benfeitoria :	51.896,16
		Imóvel :	383.896,16
Município : 5701 - VIANA		Valores em R\$	
Total de Imóveis:	1	Terreno :	128.000,00
		Benfeitoria :	80.958,01
		Imóvel :	208.958,01
RIP : 5701.00002.500-3		Valores em R\$	
Rodovia BR 262, Km 15 não tem, não tem CEP 29136-000		Terreno :	128.000,00
		Benfeitoria :	80.958,01
		Imóvel :	208.958,01
Município : 5705 - VITORIA		Valores em R\$	
Total de Imóveis:	1	Terreno :	4.063.108,41
		Benfeitoria :	858.139,47
		Imóvel :	4.921.247,88
RIP : 5705.00337.500-8		Valores em R\$	
Avenida Marechal Mascarenhas de Moraes, 2214 Lado Direito Rua Afonso Sarlo, Bento Ferreira CEP 29050-625		Terreno :	4.063.108,41
		Benfeitoria :	858.139,47
		Imóvel :	4.921.247,88
Município : 5709 - IBATIBA		Valores em R\$	
Total de Imóveis:	1	Terreno :	15.600,00
		Benfeitoria :	38.749,13
		Imóvel :	54.349,13
RIP : 5709.00019.500-1		Valores em R\$	
Rodovia BR 262, Km 159 não tem, centro CEP 29395-000		Terreno :	15.600,00
		Benfeitoria :	38.749,13
		Imóvel :	54.349,13

Informações extraídas em 30/03/2013 11:37

8.3 Análise Crítica sobre a gestão de imobilizados sob sua responsabilidade

Os registros dos imóveis no SPIUNET deixaram de ser atualizados e encontram-se em processo de reavaliação por iniciativa própria desta UJ, com a devida anuência da SPU/ES.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL
12ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL – ESPIRITO SANTO

Existem ainda pendências no processo de regularização dos documentos por parte da SPU/ES, em decorrência de questionamentos por parte do DNIT quanto a transferências para União dos imóveis do extinto DNER.

9. GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E GESTÃO DO CONHECIMENTO
10.1) Gestão de Tecnologia da Informação (TI)

QUADRO XXV - GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA

Quesitos a serem avaliados	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Planejamento					
1. Há planejamento institucional em vigor ou existe área que faz o planejamento da UJ como um todo.				X	
2. Há Planejamento Estratégico para a área de TI em vigor.			X		
3. Há comitê que decida sobre a priorização das ações e investimentos de TI para a UJ.				X	
Recursos Humanos de TI					
4. Quantitativo de servidores e de terceirizados atuando na área de TI.					03
5. Há carreiras específicas para a área de TI no plano de cargos do Órgão/Entidade.			X		
Segurança da Informação					
6. Existe uma área específica, com responsabilidades definidas, para lidar estrategicamente com segurança da informação.			X		
7. Existe Política de Segurança da Informação (PSI) em vigor que tenha sido instituída mediante documento específico.			X		
Desenvolvimento e Produção de Sistemas					
8. É efetuada avaliação para verificar se os recursos de TI são compatíveis com as necessidades da UJ.		X			



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODoviÁRIA FEDERAL
12ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL – ESPIRITO SANTO

9. O desenvolvimento de sistemas quando feito na UJ segue metodologia definida.			X		
10. É efetuada a gestão de acordos de níveis de serviço das soluções de TI do Órgão/Entidade oferecidas aos seus clientes.			X		
11. Nos contratos celebrados pela UJ é exigido acordo de nível de serviço.			X		
Contratação e Gestão de Bens e Serviços de TI					
12. Nível de participação de terceirização de bens e serviços de TI em relação ao desenvolvimento interno da própria UJ.	30%				
12. Na elaboração do projeto básico das contratações de TI são explicitados os benefícios da contratação em termos de resultado para UJ e não somente em termos de TI.					X
13. O Órgão/Entidade adota processo de trabalho formalizado ou possui área específica de gestão de contratos de bens e serviços de TI.				X	
14. Há transferência de conhecimento para servidores do Órgão/Entidade referente a produtos e serviços de TI terceirizados?				X	
Considerações Gerais:					
LEGENDA Níveis de avaliação: (1) Totalmente inválida: Significa que a afirmativa é integralmente NÃO aplicada ao contexto da UJ. (2) Parcialmente inválida: Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua minoria. (3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ. (4) Parcialmente válida: Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua maioria. (5) Totalmente válida: Significa que a afirmativa é integralmente aplicada ao contexto da UJ.					

10. GESTÃO DO USO DOS RECURSOS RENOVÁVEIS E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

10.1 Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

Quadro XXVI - Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Licitações Sustentáveis					



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL
12ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL – ESPIRITO SANTO

1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas.				X	
<p>▪ Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados?</p> <p>RESPOSTA: A 12ªSRPRF tem acompanhado as orientações da DICON/DPRF, a qual revisa e encaminha frequentemente a todas as Unidades do DPRF um manual denominado "PASSOS PARA ELABORAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA-TR / PROJETO BÁSICO-PB", que orienta a confecção desses documentos. No que tange aos critérios de sustentabilidade, é expedida a seguinte orientação:</p> <p>"14 – IMPACTO AMBIENTAL:</p> <p>COMENTÁRIO: Para a elaboração do projeto básico e termo de referência faz-se necessária a discriminação do impacto que o projeto causará no meio ambiente e estabelecer critérios de sustentabilidade.</p> <p>OBS.: A INSTRUÇÃO NORMATIVA NO 01, DE 19 DE JANEIRO DE 2010 Dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional e dá outras providências.</p> <p>Ex.:</p> <p>14.1 Sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na contratação de serviços pela Administração Pública Federal, conforme Art. 6º da INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1, de 19 de janeiro de 2010, da SECRETARIA DE LOGÍSTICA E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO, a Contratante exigirá que a empresa Contratada adote as seguintes práticas de sustentabilidade na execução dos serviços:</p> <p>I – Adotar medidas para evitar o desperdício de energia e água tratada, conforme instituído no Decreto nº 48.138, de 8 de outubro de 2003;</p> <p>II – Dar a destinação correta a baterias, óleos e filtros descartados no processo de manutenção, segundo disposto na Resolução CONAMA nº 257, de 30 de junho de 1999;</p> <p>III – Desenvolver ou adotar manuais de procedimentos de descarte de materiais potencialmente poluidores, tais como sobre pilhas e baterias dispostas para descarte que contenham em suas composições chumbo, cádmio, mercúrio e seus compostos, aos estabelecimentos que as comercializam ou à rede de assistência técnica autorizada pelas respectivas indústrias, para repasse aos fabricantes ou importadores;</p> <p>IV – Separar resíduos como papéis, plásticos, metais, vidros e orgânicos para empresas de coleta apropriadas, respeitando as Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos;</p> <p>V - Separar e acondicionar em recipientes adequados para destinação específica as a lâmpadas fluorescentes e frascos</p>					



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL
12ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL – ESPIRITO SANTO

de aerossóis em geral, quando descartados;

VI - Encaminhar os pneumáticos inservíveis abandonados ou dispostos inadequadamente, aos fabricantes para destinação final, ambientalmente adequada, tendo em vista que pneumáticos inservíveis abandonados ou dispostos inadequadamente constituem passivo ambiental, que resulta em sério risco ao meio ambiente e à saúde pública. Esta obrigação atende a Resolução CONAMA nº 258, de 26 de agosto de 1999.

VII - Fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários para a execução de serviços;

VIII – Racionalizar o uso de substâncias potencialmente tóxicas/poluentes;

IX – Substituição de substâncias tóxicas por outras atóxicas ou de menor toxicidade;

X – Capacitar periodicamente os empregados sobre boas práticas de redução de desperdícios/poluição;

XI - Utilizar lavagem com água de reuso ou outras fontes, sempre que possível (águas de chuva, poços cuja água seja certificada de não contaminação por metais pesados ou agentes bacteriológicos, minas e outros); e

XII – Promover a reciclagem e destinação adequada dos resíduos gerados nas atividades de limpeza, asseio e conservação.

14.2 A comprovação do disposto acima poderá ser feita mediante apresentação de declaração da empresa, assinalando que cumpre os critérios ambientais exigidos. A Contratante poderá realizar diligências para verificar a adequação quanto às exigências.”

2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.			X		
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis).			X		
4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços.	X				
Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos?	texto				
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas).	X				
Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia?	texto				
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado).	X				
Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos?	texto				
7. No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos.			X		



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL
12ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL – ESPIRITO SANTO

Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório?	texto			
8. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga).	X			
Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios?	texto			
9. Para a aquisição de bens/produtos é levada em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens/produtos.	X			
10. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.			X	
11. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.		X		
12. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica.	X			
Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)?	texto			
13. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores.	X			
Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)?	texto			
Considerações Gerais:				
LEGENDA Níveis de Avaliação: (1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ. (2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria. (3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ. (4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria. (5) Totalmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.				



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL
12ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL – ESPIRITO SANTO
10.2 Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água

Recurso Consumido	Quantidade			Valor		
	Exercícios					
	2012	2011	2010	2012	2011	2010
Papel	200 resmas	280 resmas	700 resmas	R\$ 1.836,00	R\$ 2.749,60	R\$ 6.352,94
Água	6.269,69 m3	8.763,26 m3	4.669,60 m3	R\$ 32.163,55	R\$ 44.955,55	R\$ 23.955,05
Energia Elétrica	535.495,61 KW	526.573,70 KW	506.476,18 KW	R\$ 276.939,69	R\$ 272.325,59	R\$ 221.515,14
			Total	R\$ 310.939,24	R\$ 320.030,74	R\$ 251.823,13

Fonte: Gestão de Contratos / Sistema SGC / SIAFI

11. CONFORMIDADE E TRATAMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS E NORMATIVAS

11.1 Deliberações dos órgãos de controle

- 11.1. Deliberações do TCU atendidas no exercício
- 11.2. Deliberações do TCU pendentes de atendimento ao final do exercício
- 11.3. Recomendações do OCI atendidas no exercício
- 11.4. Recomendações do OCI pendentes de atendimento ao final do exercício

A 12ª SRPRF/ES, em que pese ter sido objeto do Acompanhamento Permanente de Gestão – APG – pela CGU no decorrer do exercício de 2012, não recebeu quaisquer expedientes conclusivos, pelo que não dispõe de registro para as informações dos itens acima.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL
12ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL – ESPIRITO SANTO

11.2 Declaração de Bens e Rendas Estabelecida na Lei nº 8.730/93

11.2.1 Situação do Cumprimento das Obrigações Impostas pela Lei 8.730/93, relacionadas à entrega e ao tratamento das Declarações de bens e rendas.

DECLARAÇÃO

1. Declaramos, para os devidos fins, que as obrigações estabelecidas na Lei nº 8.730, de 10 de novembro de 1993, relacionadas à entrega e ao tratamento das declarações de bens e rendas, estão sendo cumpridas por esta Unidade Jurisdicionada.

2. Informamos ainda que, na busca da racionalização dos procedimentos relativos à área de gestão de pessoal, visando à redução do volume de papel constante em arquivos, e aumento da segurança da informação para os servidores, desburocratizando a apresentação da declaração de bens e valores, conforme art. 13 da Lei nº 8.429/92 e art. 1º da Lei nº 8.730/93, os servidores desta UJ têm autorizado o acesso, por meio eletrônico, às cópias de suas Declarações de Ajuste Anual do Imposto de Renda da Pessoa Física, conforme Portaria Interministerial MP/CGU Nº 298/2007.

Vitória, ES, 07 de Março de 2012,

VALMIR BORGES DA ROCHA
Chefe da Seção de Recursos Humanos



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL
12ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL – ESPIRITO SANTO**

11.3 DECLARAÇÃO DE ATUALIZAÇÃO DE DADOS NO SIASG E SICONV

D E C L A R A Ç Ã O

Declaro que todas as informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2012 por esta Unidade Jurisdicionada estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria – SICONV, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

Vitória, ES, 25 de Março de 2013,



ROBERTO BARTOLINI COUTINHO
Chefe da Seção Administrativa e Financeira



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL
12ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL – ESPIRITO SANTO

12. INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

12.1 Declaração Do Contador Atestando A Conformidade Das Demonstrações Contábeis



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
SECRETARIA EXECUTIVA
DIRETORIA DE PROGRAMA
COORDENAÇÃO-GERAL DE ORÇAMENTO E FINANÇAS
COORDENAÇÃO DE CONTABILIDADE

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
Denominação completa (UJ)		Código da UG	
12ª SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL		200126	
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais, do Fluxo de Caixa e do Resultado Econômico), regidos pela Lei n.º 4.320/1964 e pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008, relativas ao exercício de 2012, refletem adequadamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, EXCETO no tocante às restrições Contábeis registradas no SIAFI, dentre as quais, as seguintes:</p> <p>a) 106 - FALTA/EVOLUCAO INCOMPATIVEL DEP.ATIVO.IMOBILIZADO; b) 115 - FALTA DE REAV./REDUCAO DE ATIVOS PERMANENTES; c) 465 - FALTA COMPROVACAO E PRESTAÇÃO DE CONTAS SUPRIMENTO DE FUNDOS; d) 951- FALTA/RESTRICAO CONFORMIDADE REGISTROS DE GESTAO.</p> <p>Para emissão da declaração, foram considerados os seguintes critérios:</p> <ul style="list-style-type: none">• O acompanhamento, a análise e as orientações de ajustes da execução contábil dos atos de gestão orçamentária, financeira e patrimonial da Unidade Gestora foram realizados pela Setorial de Contabilidade do Ministério da Justiça, via SIAFI; e• A análise dos documentos de suporte foi realizada pela unidade gestora e registrada a Conformidade de Registro de Gestão no SIAFI. <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
Local	Brasília/DF	Data	05 de fevereiro de 2013
Contador Responsável	JOSÉ CARLOS GOMES	CRC nº	DF - 9.261/O-7

José Carlos Gomes
CCONTIDPROGUSEMAJ
Coordenador